

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JÔNATAS BICA

AS RELAÇÕES BRASIL-PALOP: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DA LUSOFONIA  
E DA DIPLOMACIA CULTURAL

Porto Alegre  
2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JÔNATAS BICA

AS RELAÇÕES BRASIL-PALOP: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DA LUSOFONIA  
E DA DIPLOMACIA CULTURAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial para obtenção do título de  
Bacharel em Relações Internacionais.

**Orientadora:** Analúcia Danilevicz Pereira

Porto Alegre  
2021

### CIP - Catalogação na Publicação

Bica, Jônatas

As relações Brasil-Palop: uma perspectiva a partir da lusofonia e da diplomacia cultural / Jônatas Bica.

-- 2021.

84 f.

Orientadora: Analúcia Danilevicz Pereira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Brasil. 2. PALOP. 3. Diplomacia cultural. 4. Lusofonia. 5. Cooperação, I. Danilevicz Pereira, Analúcia, orient. II. Título.

JÔNATAS BICA

AS RELAÇÕES BRASIL-PALOP: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DA LUSOFONIA  
E DA DIPLOMACIA CULTURAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial para obtenção do título de  
Bacharel em Relações Internacionais.

**Orientadora:** Analúcia Danilevicz Pereira

Trabalho aprovado em: Porto Alegre, 24 de novembro de 2021.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira

---

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

---

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

## **AGRADECIMENTOS**

A conclusão deste trabalho reflete o esforço e dedicação de uma grande rede de apoio, que teve fundamental importância nesta longa jornada que foi a graduação em Relações Internacionais.

Em primeiro lugar, agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oportunidade de desenvolver meus estudos, assim como por sua resistência diante de tempos tão obscuros, defendendo o direito da sociedade brasileira de contar com um ensino superior público, gratuito e de qualidade.

Agradeço também à minha orientadora, Prof. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira, pelo tempo e conhecimentos que me foram dedicados. Agradeço também por ter sido um pilar fundamental na evolução de meus estudos, sobretudo acerca do continente africano, e no meu desenvolvimento enquanto pesquisador desse tema e de muitos outros.

Agradeço ainda todos os professores do corpo docente do curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que tiveram enorme relevância em minha jornada enquanto graduando e me auxiliaram a consolidar o profissional que me tornei. Meus agradecimentos mais que especiais aos professores José Miguel Quedi Martins, Paulo Fagundes Visentini, Marco Aurélio Chaves Cepik.

Agradeço também aos amigos e aos colegas de jornada, que me foram pontos de acolhimento e trocas de experiências, em especial ao Cristian Jobi Salaini, Thomas Melo, André Nunes Nogueira.

E, por fim, agradeço aos meus familiares, que sempre me auxiliaram e conferiram o apoio necessário para que eu pudesse me tornar o profissional que sempre almejei. Meus profundos agradecimentos ao Jacques Leonel Bica e à Bernardete Machado Bica.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o papel da língua portuguesa na construção das relações entre o Brasil e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). O objetivo central desta pesquisa consiste em promover um debate acerca da importância do idioma e das relações culturais para a promoção da cooperação entre o Brasil e os PALOP, destacando a importância da lusofonia como mecanismo de integração entre os países. Como problemática central, aborda como a lusofonia agiu como elemento central para gerar proximidade entre o Brasil e os PALOP, contribuindo para a evolução da diplomacia cultural, desenvolvendo relações de cooperação mais coesas. A hipótese apresentada para a questão é a de que o Brasil empregou esforços de diplomacia cultural, utilizando a lusofonia como mecanismo de aproximação com os PALOP, para alcançar finalidades políticas e econômicas em resposta às mudanças na conjuntura internacional. Para cumprir o que propõe, o trabalho se divide em três capítulos, em que são verificadas, respectivamente, a função do idioma na construção das relações estatais, as relações de cooperação entre Brasil e PALOP e, por fim, a evolução dessas relações a partir da redemocratização do Estado brasileiro.

**Palavras-chave:** Brasil. PALOP. Diplomacia Cultural. Lusofonia. Cooperação.

## **ABSTRACT**

The aim of this project is to analyze the role of Portuguese language in the construction of the relationships between Brazil and Portuguese-speaking African Countries (PALOP). The main objective is to promote a debate about the importance of language and cultural relations in order to promote cooperation between Brazil and PALOP, highlighting the importance of Lusophony as an integration mechanism between countries. The main problem of this project is how Lusophony acted as the main element to approach Brazil and PALOP, thus contributing with the improvement of cultural diplomacy and developing more harmonious cooperation relationships. The hypothesis raised for this issue is that Brazil deliberately used cultural diplomacy by means of Lusophony as a mechanism of convergence with PALOP in order to achieve political and economic objectives according to changes in the international situation. In order to achieve its goal, this project is divided in three chapters, in which it's analyzed, respectively, the role of language in the construction of the State relationships, cooperation relationships between Brazil and PALOP, and lastly the improvement of such relationships as of the democratization of Brazil.

**Key-words:** Brazil. PALOP. Cultural Diplomacy. Lusophony. Cooperation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Tabela 1</b> – Origem dos escravos africanos.....	29
<b>Tabela 2</b> – Dinâmica populacional brasileira dos séculos XVI ao XIX .....	29
<b>Tabela 3</b> – Imigração no Brasil, por nacionalidade (1884–1893 a 1924–1933) .....	30
<b>Tabela 4</b> – Principais projetos de cooperação assinados com os PALOP.....	43
<b>Tabela 5</b> – Participação das exportações brasileiras para a África.....	56
<b>Tabela 6</b> – Participação africana na balança comercial brasileira .....	60
<b>Mapa 1</b> – Ex-colônias Francófonas.....	344
<b>Mapa 2</b> – Ex-colônias Lusófonas .....	34
<b>Mapa 3</b> – Ex-colônias Anglófonas.....	355

## LISTA DE SIGLAS

- ABC** – Agência Brasileira de Cooperação
- AGNU** – Assembleia Geral das Nações Unidas
- BM** – Banco Mundial
- CEPAL** – Comissão Econômica para a América Latina
- CPLP** – Comissão dos Países de Língua Portuguesa
- EUA** – Estados Unidos da América
- FED** – Federal Reserve System
- FHC** – Fernando Henrique Cardoso
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- FUNAG** – Fundação Alexandre de Gusmão
- FUNDAP** – Fundação do Desenvolvimento Administrativo de São Paulo
- IBAM** – Instituto de Administração Pública
- IILP** – Instituto Internacional da Língua Portuguesa
- JK** – Juscelino Kubitschek
- MERCOSUL** – Mercado Comum do Sul
- OMC** – Organização Mundial do Comércio
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- OTAN** – Organização do Tratado do Atlântico Norte
- OTAS** – Organização do Tratado do Atlântico Sul
- PALOP** – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
- PEC-G** – Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
- PEC-PG** – Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação
- PEI** – Política Externa Independente
- SADC** – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (*Southern Africa Development Community*)
- SI** – Sistema Internacional
- UA** – União Africana
- UE** – União Europeia
- ZOPACAS** – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>2 PERSPECTIVA LINGUÍSTICA E CULTURAL NA FORMAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS</b> .....	6
2.1 IMPORTÂNCIA DO IDIOMA NAS RELAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS.....	6
2.2 USO DO IDIOMA E POLÍTICA EXTERNA DOS PAÍSES .....	15
2.3 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO.....	24
<b>3 INÍCIO DAS RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL-PALOP: LUSOFONIA E DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL NA PERIFERIA E SEMIPERIFERIA DO SISTEMA INTERNACIONAL</b> .....	27
3.1 BRASIL E PALOP: DIVERSIDADE E LUSOFONIA.....	27
3.2 POLÍTICA BRASIL — PALOP: INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES	38
3.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO .....	45
<b>4. EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES BRASIL-PALOP: INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO SISTEMA INTERNACIONAL</b> .....	49
4.1. REDEMOCRATIZAÇÃO E FUNDAÇÃO DA IILP.....	49
4.2. CONTEXTO PÓS-GUERRA FRIA E FUNDAÇÃO DA CPLP .....	58
4.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO .....	63
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	65
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	68

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho discute o papel da língua portuguesa na construção das relações de cooperação entre o Brasil e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, mais conhecidos pela sigla PALOP. Isso ocorre devido à importância da linguística no que tange à formação de relações culturais, sociais e, conseqüentemente, políticas e econômicas por meio das dinâmicas de poder construídas com base nas interações entre agentes e estruturas, tanto na sociedade brasileira quanto no restante da comunidade afro-lusófona.

O objetivo principal consiste em promover um debate sobre a importância do idioma e das relações culturais para a promoção da cooperação entre o Brasil e os PALOP, destacando a importância da lusofonia. Desse modo, o presente trabalho consiste em dois objetivos específicos: (i) demonstrar que a lusofonia e a origem histórica e cultural do Brasil e dos PALOP foram elementos importantes, que contribuíram para a reaproximação desses países em meio a adversidades internas e externas; (ii) demonstrar que esses elementos atuaram no sentido de proporcionar um ambiente favorável à construção gradual das relações de cooperação entre o Brasil e os PALOP, levando à posterior institucionalização e ao aspecto multidimensional verificado no período do governo Lula, de 2003 a 2010.

As justificativas para a construção deste estudo se dão em dois níveis: academicamente, o trabalho visa a contribuir para a geração de conhecimento na área de diplomacia cultural, a qual, conforme afirma Houaiss, não conta com muitas publicações que abordam as relações culturais como objeto da diplomacia (RIBEIRO, 2011, p. 18). Do ponto de vista pessoal, este trabalho é justificado pela formação e experiência do autor como tradutor, que o levou a constatar a importância do idioma e da cultura na clareza de comunicação e no entendimento entre os atores para a realização efetiva das relações internacionais.

Considera-se relevante o aprofundamento do debate sobre o idioma e a cultura como meios de proporcionar um ambiente facilitador da comunicação e do entendimento pela transmissão de culturas material e imaterial, além de valores, com o objetivo de ajudar a promover relações de cooperação entre os países (RIBEIRO, 2011, p. 31). Além disso, o conhecimento gerado por esse debate pode vir a contribuir para o desenvolvimento dos países por intermédio da cultura, ou seja, por meio do

aprofundamento da cooperação técnica e incentivo ao comércio entre os países com a diminuição das distâncias psíquica e cultural (FIGUEIREDO, 2008).

A problemática central, à qual este trabalho buscará responder, se condensa na seguinte pergunta: *“Como a lusofonia e a origem histórica e cultural do Brasil e dos PALOP foram utilizadas pelo Brasil para criar um ambiente favorável ao desenvolvimento das relações de cooperação entre os países?”*. Para isso, trabalha-se com a hipótese de que, apesar das limitações conjunturais enfrentadas pelo Brasil e pelos PALOP ao longo do tempo, o Brasil empregou esforços de diplomacia cultural para que a lusofonia e a proximidade cultural fossem utilizadas para alcançar finalidades políticas e econômicas e, assim, contribuir para o desenvolvimento das relações de cooperação.

Para testar a hipótese e construir os argumentos pleiteados, levando-se em consideração a natureza do trabalho, oriunda da diplomacia cultural, utiliza-se a revisão bibliográfica como método, enfatizando o papel do idioma português e de características culturais presentes tanto na sociedade brasileira quanto na africana atuando como elementos de aproximação na construção das relações internacionais entre o Brasil e os PALOP. Além disso, utilizam-se também análises documentais — especialmente de fontes primárias, como o tratado do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 e acordos institucionais, como os da CPLP —, além de análises de discurso, especialmente aqueles relacionados à cooperação na área de educação desenvolvidos entre os países, com destaque especial ao Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) e às iniciativas do Ministério das Relações Exteriores na promoção de intercâmbios culturais e de programas de capacitação técnica e de aprendizado do idioma.

Como referencial teórico, visando a atingir os objetivos deste estudo e analisar o idioma e a cultura no campo das relações internacionais, será utilizada a perspectiva de que o Estado é o ator reconhecido, mas sem ser uma estrutura monolítica, e sim constantemente construído por relações sociais, em que identidade, cultura e idioma — entre outros fatores — assumem um papel importante. A cultura, ou o “conjunto complexo constituído pela linguagem, comportamento, valores, crenças, representações e tradições” (MENEZES, 2011, p. 2), confere identidade específica a uma determinada comunidade convivendo ao longo do tempo em um mesmo espaço delimitado — nesse caso, o território do Estado —, exercendo influência na percepção dos indivíduos sobre prioridades em “contraposição àquilo que deve ocupar um plano

marginal no referencial coletivo” (MENEZES, 2011, p. 2) e diferenciando os interesses e as percepções dos indivíduos de outras comunidades.

Nesse contexto, o idioma, conforme Fossaert (1991, p. 21), tem o papel de facilitar a convivência entre os indivíduos, ajudar a superar diferenças e contribuir para a formação da identidade, visto que está diretamente relacionado com a formação de conceitos e interpretação das percepções dos indivíduos. Vygotsky estabelece uma relação direta entre o uso do idioma e o pensamento ao afirmar que “o significado duma palavra representa uma amálgama tão estreita de pensamento e linguagem que é difícil dizer se se trata de um fenômeno de pensamento, ou se trata de um fenômeno de linguagem” (VYGOTSKY, 2005, p. 119).

Visto que, conforme a hipótese de Sapir-Whorf, as “diferenças estruturais entre sistemas de linguagem estarão, em geral, associadas a diferenças cognitivas não linguísticas (...) presentes nos falantes nativos de dois idiomas” e que a “estrutura da língua nativa de alguém exerce forte influência ou determina completamente a visão de mundo que eles obterão ao aprender a língua” (KAY, P.; KEMPTON W, 1984, p. 66), os indivíduos que utilizam idiomas diferentes percebem e interpretam a realidade de modos distintos, contribuindo para a diferenciação cultural e a especialização da identidade de cada comunidade. Assim, junto com a cultura, o idioma assume papel importante diferenciação das sociedades, conforme Menezes (2011, p. 2), ajudando a agregar interesses e a criar identidades em várias ações, sendo corresponsável na criação do que é fundamentado por Brucan (1974, p. 123) como consciência nacional, que une os membros da comunidade em um paradigma que transcende a consciência de classe ou mentalidades restritas e contribui para a formação de uma “comunidade política imaginária e imaginada como intrinsecamente limitada e soberana” (ANDERSON, 2012, p. 19).

Essa comunidade, cuja existência se dá pela diferenciação cultural, na qual a língua exerce papel importante, transmite sua identidade em ações sociais e políticas a outros imaginários sociais ao seu redor, por meio de suas práticas e instituições. Desse modo, a Nação, a comunidade com identidade específica, passa a se organizar e a estar vinculada às instituições responsáveis pelos processos decisórios políticos, ou seja, surge o Estado. Nesse processo, a língua, agora oficial, contribui para, conforme Bourdieu (1992), criar semelhanças das quais surgem a comunidade consciente.

Portanto, no presente estudo, parte-se da associação da identidade, ou nação, associada ao Estado, agora Estado-nação, vinculando invariavelmente sua cultura às decisões políticas tanto no plano interno — “inventando tradições”, conforme Hobsbawn (2015), para legitimar suas ações pela coesão cultural e identitária — quanto no plano externo, formulando o que Brucan (1974, p. 129) estabelece como interesse nacional: os condicionantes fundamentais da atividade internacional de um Estado-nação visando à sua preservação e consolidação no sistema internacional, os quais fazem parte de uma construção social e nacional.

Para o presente trabalho, será utilizada a abordagem das relações de cooperação como um dos recursos do poder nacional fundamentados por Brucan (1974), uma vez que é constituído de todos os meios para que o Estado realize o interesse nacional. Para alcançar seus objetivos, o Estado pode empregar uma ampla variedade de recursos, incluindo coerção militar, uso de propaganda, informações, chantagem, subversão, entre outros.

Como ferramenta para a promoção e realização das relações de cooperação entre os países, será utilizada a abordagem da aproximação via relações culturais para a criação de uma “atmosfera favorável ao entendimento” (RIBEIRO, 2011, p. 34), por meio da diplomacia cultural, a qual abrange atividades como intercâmbios, ensino de línguas como veículos de valores, divulgação da cultura, incentivo a projetos de cooperações intelectual e técnica e integração. Quanto a esse tópico, Ribeiro deixa claro o vínculo entre relações culturais, realização de objetivos nacionais e uso da diplomacia cultural ao afirmar que as relações culturais internacionais

[...] têm por objetivo desenvolver, ao longo do tempo, maior compreensão e aproximação entre os povos e instituições em proveito mútuo. A diplomacia cultural, por sua vez, seria a utilização específica da relação cultural para a consecução de objetivos nacionais de natureza não somente cultural, mas também política, comercial ou econômica (RIBEIRO, 2011, p. 33).

Além disso, no presente trabalho, se utiliza a concepção de que a realização efetiva e, o mais importante, a manutenção de relações de cooperação duradouras estão vinculadas invariavelmente ao uso de relações culturais, visto que, conforme Ribeiro (2011, p. 41), o aproveitamento das relações de um país tem chance de ser maior se estiverem amparadas pela projeção cultural dos valores do país em questão. Jacques Rigaud deixa esse ponto bastante claro ao tratar das relações de cooperação pelo ponto de vista francês, país com vasta tradição de atuação no campo da

diplomacia cultural desde o início do século XIX, ao discorrer sobre os motivos pelos quais os países prefeririam a França aos demais ao afirmar que:

[...] em um mundo cada vez mais marcado pela competição e concorrência até no domínio da cooperação, e sobre as quais é inconcebível deter direitos exclusivos, com quais vantagens a França pode contar para que ela seja preferida a outro país desenvolvido? Não é, precisamente, pelas vantagens de sua cultura, sua língua (...) que ela pode convencer que sua oferta de cooperação não é nem a expressão de um imperialismo dissimulado, nem a imposição de um modelo uniforme baseado no esquema das economias dominantes? (RIGAUD, 1980, p. 41).

Assim, não é evidente apenas a importância da cultura e do idioma nesse contexto, mas também a presença da competitividade até mesmo nas relações de cooperação entre os países. Portanto, ficam estabelecidos os fundamentos teóricos necessários para o presente trabalho, no sentido de vincular as relações culturais e o uso do idioma tanto à criação da identidade nacional do Estado quanto à sua expressão nas relações internacionais, influenciando a imagem e percepções que os outros atores têm em relação ao país, vindo a ser um elemento facilitador para diminuir barreiras psicológicas e criar o ambiente de entendimento, proximidade e comunicação necessário para construir e estreitar vínculos de cooperação entre os países e, conseqüentemente, contribuir para a paz enquanto incrementa seu poder nacional.

Para cumprir o que propõe, este trabalho se divide da seguinte forma: no primeiro capítulo, é abordada a importância da linguística nas formações culturais e conseqüentemente nas relações entre os Estados. No segundo capítulo, são trazidas, em perspectiva histórica, as relações de cooperação entre o Brasil e os PALOP, tendo a língua portuguesa como denominador comum entre os Estados e servindo de amálgama para a consolidação da integração entre os países pertencentes à periferia do Sistema Internacional (SI). Por fim, o terceiro capítulo aborda a evolução das relações Brasil-PALOP diante das mudanças — em termos de política externa — ocasionadas pelos diferentes governos deste o período de redemocratização do Estado brasileiro até o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

## 2 PERSPECTIVA LINGUÍSTICA E CULTURAL NA FORMAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Neste capítulo, será abordado o protagonismo da língua enquanto elemento aglutinador, capaz de criar laços sociais e culturais entre os povos, servindo como amálgama para a criação dos Estados e, conseqüentemente, eixo de desenvolvimento das relações entre eles. Primeiro, faz-se um breve panorama sobre a importância do idioma na construção das relações sociais e políticas. Em seguida, analisa-se seu papel na política externa dos países. Por fim, encerra-se com as conclusões preliminares do capítulo e como poderão contribuir para a construção do argumento central deste estudo.

### 2.1 IMPORTÂNCIA DO IDIOMA NAS RELAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS

Para investigar com mais clareza a contribuição da língua portuguesa na construção das relações entre o Brasil e os PALOP, é preciso compreender o conceito de sistema no âmbito da política internacional. Isso porque, somente por meio de um instrumento teórico-conceitual adequado, é possível interpretar o conjunto dinâmico e complexo de relações políticas, econômicas, culturais, militares, diplomáticas, jurídicas, entre outras, que ocorrem entre os Estados, no sentido de proporcionar uma resposta coerente e estruturada para a análise de um determinado fato ou conjuntura no cenário internacional. Entretanto, em primeiro lugar, se faz necessário definir o conceito de relações internacionais, tendo em vista não apenas relações econômicas entre os Estados, mas também relações culturais que se dão entre comunidades soberanas de indivíduos social e politicamente organizadas em um território delimitado, já que são, conforme Castro (2016):

Um conjunto de contatos que se estabelecem através das fronteiras nacionais entre grupos socialmente organizados. As relações internacionais surgem quando dois ou mais grupos socialmente organizados intercambiam bens, ideias, valores e pessoas, tanto num contexto juridicamente definido quanto de maneira circunstancial e pragmática (CASTRO, 2016, p. 74).

O *Sistema Internacional* é o espaço onde os Estados interagem entre si tomando decisões e realizando ações que influenciam tanto o comportamento de outros Estados quanto a própria estrutura do sistema. Desse modo, a estrutura também atua como condicionante para o comportamento dos Estados, estabelecendo uma relação recíproca entre agentes e estruturas, que é determinada por fatores como capacidades e conjunturas, provenientes das relações de poder entre os participantes

em um determinado período. Diz-se que o sistema é anárquico devido ao fato de que os Estados que o compõem são entidades políticas independentes, de modo que o sistema é, então, caracterizado pela existência de múltiplos centros autônomos de decisão e pela alternância dos estados de guerra e de paz (BRUCAN, 1974, p. 58). Em geral, o objetivo dos Estados ao atuar no sistema internacional é:

Obter uma posição mais favorável no cenário internacional para promover seus próprios interesses, influenciar na resolução de assuntos e problemas de seu interesse (...), aumentar seu poder e mudar a relação de forças a seu favor, ou preservar o status quo em sua zona geográfica ou no mundo como um todo. (BRUCAN, 1974, p. 63, tradução nossa).

Como resultado de transformações históricas, políticas e sociais que causaram assimetria de capacidades e diferentes graus de inserção dos Estados, o sistema internacional utiliza o conceito de divisão internacional do trabalho e se divide em duas áreas: centro e periferia. Nesse contexto, de acordo com Wallerstein (2004, p. 12), os países economicamente mais poderosos – capazes de realizar trocas comerciais em condições desiguais e de exercer sua hegemonia – ocupam a posição central e mantêm uma relação de interdependência com os países subordinados, situados na periferia.

Estabelecidos os principais conceitos teóricos referentes ao sistema internacional, sob os quais as relações Brasil-PALOP serão analisadas posteriormente, faz-se necessário definir os instrumentos teórico-conceituais para analisar os fatores condicionantes da ação política dos países no cenário internacional. As decisões políticas e os próprios fins que os Estados almejam no sistema internacional são, conforme Brucan (1974, p. 129), uma extensão ou a expressão de seus interesses nacionais, porém em âmbito internacional. Portanto, apesar de os Estados serem os únicos atores reconhecidos, de fato, no sistema internacional, também será preciso considerar diversos aspectos compartilhados pelos membros da comunidade nacional que o compõem, como “idioma, território, vida econômica e cultural” (BRUCAN, 1974, p. 123). Nesse sentido, antes de analisar as ações políticas dos países no sistema internacional sob a perspectiva do idioma, será necessário estudar o seu papel dentro do Estado.

Além de um conjunto de instituições organizadas e reconhecidas em todo o território nacional, o Estado em sua forma moderna é composto por uma comunidade coesa de indivíduos, organizada politicamente e dotada de crenças e valores. É, conforme Fossaert (1991, p. 21), “um agrupamento singular de indivíduos que detêm

uma mesma cultura e compartilham uma identidade comum”. Desse modo, a formação da identidade está relacionada diretamente com a cultura, que consiste em um “conjunto complexo constituído pela linguagem, comportamento, valores, crenças, representações e tradições partilhados por um determinado grupo humano e que lhe conferem identidade” (MOTTA, 1996, p. 84).

Ao contrário de costumes e tradições partilhados por pequenos grupos, a identidade é um conceito abstrato que abrange praticamente a totalidade dos membros do Estado, visto que é o “conjunto de crenças, suposições, além de dogmas ou mitos, que unem os membros da comunidade em algo maior do que a sua própria consciência de classe ou mentalidade de grupo restringida” (BRUCAN, 1972, p. 123). Exerce função **social** – como um mecanismo de coesão entre os integrantes de uma determinada comunidade, no sentido de formar uma comunidade imaginada – e função **política** – ao formar referências coletivas que determinam prioridades para o referencial coletivo, em prejuízo daquilo que deve ser considerado secundário (MENEZES, 2011). Deste modo, considera-se que relações políticas são necessariamente influenciadas pela cultura — visto que esta atua como fator condicionante de decisões políticas, econômicas e sociais ao direcionar a percepção da comunidade por meio da identidade e dos imaginários existentes (MENEZES, 2011) — e que a comunidade é imaginada porque sua dimensão ultrapassa à de pequenos grupos e abrange toda a nação, já que seus membros “nunca conhecerão todos os seus conterrâneos (...), apesar de existir a imagem de sua comunhão nas mentes de cada um deles” (ANDERSON, 2006, p. 26).

A formação de um referencial coletivo, com a capacidade de direcionar percepções e escolhas políticas e influenciado pela cultura, está relacionada com a criação de formas materiais e imateriais de veiculação de elementos culturais que, além de outros fatores, atuam como coconstituintes de processos mais amplos de agregação de interesses e criação de identidades no interior de ações sociais de diversas naturezas (BOURDIEU apud FURTADO, 1997, p. 123). Desse modo, destacam-se elementos como signos, símbolos e tecnologias — como o idioma, por exemplo, que é o objeto de estudo desta pesquisa —, que permitem aos indivíduos constituintes de uma comunidade, possuidora de uma determinada identidade, interpretar e representarem a realidade por meio da formação de imaginários e representações culturais coletivas. Nós, no papel de indivíduos, além de percebermos o mundo objetivamente, também:

[...] damos sentido às coisas pela forma como as representamos — as palavras que usamos sobre elas, as histórias que contamos a seu respeito, as imagens que delas produzimos, as emoções que lhes associamos, as maneiras como as classificamos e conceitualizamos, os valores que lhes atribuímos. (HALL, 1997, p. 3)

Dessa maneira, praticamente não se tem acesso a uma imagem exata da realidade, e sim a uma construção baseada nesse referencial cultural, que indica como os membros de uma comunidade concebem, confrontam e trabalham com processos históricos de transformações sociais, culturais e econômicas em âmbito mundial, além da percepção que eles têm de si em relação à realidade que os afeta. Portanto, as representações culturais traduzem a forma como a sociedade reage a essas transformações de maneira simbólica, por meio de suas decisões, costumes e instituições, criando um imaginário social. Nesse sentido, Motta (1996, p. 96) afirma que o imaginário social é:

A representação ou o conjunto de representações imagéticas de determinados aspectos ou fenômenos da vida social como anseios, temores, utopias, valores, crenças, etc. Tais representações encerram uma importância fundamental, na medida em que tornam aceitáveis e assimiláveis determinados aspectos da realidade, contribuindo para conferir coesão e identidade aos diversos grupos sociais.

Esse conjunto de representações atua no sentido de manter a coesão dos membros da comunidade imaginada por meio da construção de identidades e exclusões, hierarquizando, dividindo, apontando semelhanças e diferenças no tecido social; e os signos, símbolos e tecnologias mencionados anteriormente agem para concretizar, transmitir e traduzir o imaginário social entre os indivíduos ao atuarem como mecanismos de comunicação que integram pessoas, criando vínculos permanentes entre elas, com o objetivo de preservação do Estado-nação (PESAVENTO, 2013, p. 45).

O Estado-nação é uma construção social artificial que precisa ser reforçada e reafirmada de tempos em tempos para a sua própria preservação. Além de ser palco de atuação de grupos e camadas sociais de interesse, ainda é consequência da união de uma comunidade de indivíduos diversificados, mas com vínculos permanentes que superam as diferenças em benefício de algo maior. Para que seus membros alcancem a unidade que viabiliza essa construção, é necessário que o Estado também atue de forma ativa na criação de signos, símbolos e tecnologias que, por meio de repetição constante na forma de rituais, valorizam características que fortalecem senso de unidade do imaginário social.

Ao mesmo tempo, conforme Bourdieu (2008, p. 120), inibem propriedades disruptivas que não são pertinentes, ou se opõem diretamente à criação da unidade desejada pelo Estado, ou que ainda poderiam viabilizar a construção de outros tipos de unidades, como nacionalidade, idade, sexo, grupos étnicos minoritários, entre outros. A importância da atuação do Estado na criação do imaginário social e das identidades nacionais para sua composição é discutida em diversas áreas do conhecimento. Hobsbawm (1997, p. 11) discorre sobre a “invenção das tradições” por parte dos Estados-nações com a finalidade de inculcar valores e comportamentos por meio da repetição para tentar estabelecer uma relação de continuidade entre passado e modernidade. Por meio da referência a um passado glorioso, ainda que inventado, o Estado atuava no sentido de “criar mecanismos de coesão cultural e unidade identitária entre os cidadãos: ao fazer referência ao passado, é possível entender o presente e projetar o futuro comum [...], ultrapassando as fronteiras nacionais” (MENEZES, 2011, p. 3).

Nesse sentido, de modo geral, é importante indicar a existência de uma relação recíproca entre o Estado e a comunidade que o integra, uma vez que ela se organiza politicamente por meio de instituições estatais com a finalidade de obter “segurança ou autonomia nacional e o desenvolvimento econômico” (BRESSER-PEREIRA, 2008). Por sua vez, também é essencial para a manutenção do Estado o uso da máquina estatal com a finalidade de criar e incentivar mecanismos que mantenham e reforcem certos traços pertinentes da identidade nacional, a fim de legitimar suas instituições, ações políticas e até sua própria existência para os indivíduos que o integram. Ao interferir de maneira ativa para legitimar suas práticas por meio da manipulação de símbolos, especialmente a língua, o Estado também afirma seu poder simbólico sobre outros grupos minoritários disruptivos, capazes de representar ameaça à sua unidade ao interferir na formação de estruturas mentais, criando um sentimento de unidade que transcende barreiras impostas por sexo, religião, classe, raça, entre outras.

Entretanto, é importante destacar que a manipulação por parte do Estado sobre os símbolos e mecanismos de coesão não é ilimitada, devendo ser respaldada pelos símbolos existentes na comunidade que o compõe, como aponta Schwarcz (1994, p. 10):

No entanto, nem tão arbitrário é o movimento de elaboração de símbolos. Com efeito, se a identidade é sempre fluida, relativa, contrastada e situacional (Cunha, 1985) - uma resposta política a um contexto político -, não é, porém,

um fenômeno totalmente aleatório. Ou seja, sua primeira condição é a utilização de símbolos inteligíveis e disponíveis, sem os quais se torna vazia e inócua sua própria vigência. A identidade não pode ser exclusivamente definida, dessa forma, como um fenômeno da mais pura imposição e manipulação externa. Ou seja, apesar de ser objeto potencial de manipulação ideológica, sem a existência interna de "uma comunidade de sentidos" (Carvalho, 1990), toda a construção de identidades e tradições tende a resultar em um imenso vazio. Tornam-se nítidas, nesse sentido, as limitações do voluntarismo na manipulação do imaginário e a importância da observação desse terreno comum, que, como Baczko observou, tem raízes em estruturas preexistentes ou em aspirações coletivas (1984).

Desse modo, a identidade nacional contribui para a formação de uma vontade política por parte da comunidade, que influenciará as práticas e políticas das instituições estatais de certa forma, ao mesmo tempo que é influenciada, reforçada e, quando necessário, reformulada até certo ponto pelas políticas do Estado. Menezes (2011) resume essa relação ao afirmar que "o cimento social que constrói a comunidade imaginada se apoia no governo que, por sua vez, é dependente de um imaginário pré-existente, das representações culturais que criam uma sensação de realidade compartilhada entre os indivíduos".

Essa relação demonstra que o Estado é uma construção social em transformação constante, proveniente de uma vontade e união coletiva. Posteriormente, isso será importante para analisar o vínculo existente entre Estado e língua, com a finalidade de promover um debate a respeito da atuação do idioma como ferramenta de comunicação, forma de transmissão de valores e de cultura e componente ativo das relações de poder. Para isso, também serão abordadas políticas estatais que concernem processos de difusão, utilização, padronização e simplificação da língua nos âmbitos nacional e internacional.

A língua, ou idioma, é um sistema de signos organizado sob um conjunto de regras gramaticais que possibilita a comunicação e a compreensão mútua entre os membros de uma determinada coletividade que a compartilha. A fim de melhor compreender o idioma como objeto de pesquisa, é necessário não o confundir com o conceito de linguagem. Linguagem é a capacidade de produzir manifestações de ideias, sentimentos e informações, que abrangem várias formas de expressão e faz uso de signos variados, como gestos, sons, imagens, expressões artísticas, entre outros. É um fenômeno psicológico e individual, relacionado com a formação de conceitos acerca dos objetos da realidade ao qual faz referência durante o processo de comunicação. A língua, por sua vez, é um fenômeno social, formado e transformado constantemente pelo seu uso por parte da coletividade, sendo um

“produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 2019, p. 41).

No campo da linguística, Saussure (2019, p. 40) demonstra a relação entre linguagem e pensamento quando toma como exemplo uma das manifestações do fenômeno linguístico — nesse caso, a vocalização — e afirma que o som da articulação vocal, em sua forma isolada, não possui significado, já que não é possível definir os movimentos dos órgãos vocais fazendo uma abstração da impressão acústica. Somente ao ser captado e interpretado pela mente, ocorre a formação uma unidade complexa, fisiológica e mental com a ideia, ou seja, passa a ter significado. No campo da psicologia, Vygotsky (2001, p. 119) destaca uma relação quase intrínseca entre o pensamento e linguagem ao afirmar que:

Uma palavra sem significado é um som vazio; portanto, o significado é um critério da palavra e um seu componente indispensável. Pareceria, portanto, que poderia ser encarado como um fenômeno linguístico. Mas do ponto de vista da psicologia, o significado de cada palavra é uma generalização, um conceito. E, como as generalizações e os conceitos são inegavelmente atos de pensamento, podemos encarar o significado como um fenômeno do pensar. No entanto, daqui não se segue que o pensamento pertença a duas esferas diferentes da vida psíquica. O significado das palavras só é um fenômeno de pensamento na medida em que é encarnado pela fala e só é um fenômeno linguístico na medida em que se encontra ligado com o pensamento e por este é iluminado. É um fenômeno do pensamento verbal ou da fala significante — uma união do pensamento e da linguagem.

Portanto, ao existir de forma indissociável do exercício do pensamento dos indivíduos, tanto a linguagem quanto a língua, seu aspecto social, estão relacionadas diretamente com a cultura, visto que são produtos dos homens com base em suas faculdades humanas, assim como outras manifestações materiais ou mentais, de acordo com Câmara Jr. (1955, p. 52). O exercício da linguagem de forma organizada por meio do idioma, ou seja, fala, leitura, escrita, entre outras, contribui para a formação de ideias e conceitos ao categorizar, descrever e interpretar os elementos da realidade circundante e tornar comunicáveis os pensamentos dos indivíduos, já que a experiência pessoal reside apenas na consciência individual e não pode ser transmitida sem o uso de uma ferramenta que, por convenção, a sociedade humana considera uma unidade (Vygotsky, 2001, p. 12). Nesse sentido, o idioma permeia as ações das pessoas e viabiliza o processo de comunicação no interior da própria comunidade linguística, tornando-se um “intermediário entre o pensamento e o som” (Saussure, 2019, p. 159).

A comunicação, conforme Vygotsky (2001, p. 12), a transmissão racional, intencional de experiências por meio de um sistema mediador, está na gênese de todos os povos e é um elemento fundamental para a coesão de qualquer comunidade que compõe alguma forma de organização de indivíduos, sobretudo uma organização política e abrangente como o Estado-nação. De modo geral, envolve a transmissão de informações na forma de mensagem por parte do emissor, utilizando um sistema de codificação — neste caso, o idioma —, a ser interpretada, ou seja, decodificada, pelo receptor, que emitirá uma resposta dando continuidade ao processo. Entretanto, para que haja a interpretação correta da mensagem por parte do receptor e a comunicação transcorra de modo efetivo, é necessário que não haja ruídos e outros elementos interferentes capazes de causar falhas durante o processo.

Neste estudo, serão considerados apenas ruídos de comunicação de natureza semântica, quando o falante e o ouvinte têm interpretações diferentes do conteúdo da mensagem. Desse modo, considerando-se que os fenômenos de pensamento e linguagem são indissociáveis um do outro, é necessário que todos os indivíduos da comunidade “falem a mesma língua”; em termos *saussurianos*, é imprescindível que os signos empregados durante o uso da língua (as significações) por parte dos indivíduos tenham os mesmos valores semânticos, correspondam aos mesmos signos e conceitos no sistema linguístico. Diferenças linguísticas em ampla dimensão, sobretudo no âmbito do Estado-nação, podem se tornar uma das muitas causas de rompimentos ou até de distorções do tecido social e da unidade coletiva por causarem problemas de comunicação entre os indivíduos. Nesse sentido, os fatores de ordem linguísticas estão relacionados com a convivência, que “garante a unidade de um povo, supõe uma comunicação permanente e completa, a qual se estiola por falta de linguagem comum” (Fossaert, 1991, p. 21).

Considerando o papel da língua como ferramenta de comunicação e sua relação intrínseca com o pensamento e interpretação da realidade por parte dos indivíduos, o idioma tem sido uma questão de extrema importância para os Estados-nações. Ao longo da história, desde o seu surgimento no século XVIII, é possível verificar um esforço constante por parte do Estado com a finalidade de padronizar, simplificar e difundir um determinado uso da língua entre os membros da comunidade que o compõe. O principal desses esforços consiste na imposição de uma determinada variação linguística a se tornar língua oficial do Estado-nação, que será

partilhada por toda a comunidade imaginada, assumindo um vínculo fundamental com o Estado, tanto em sua origem como em seus usos sociais.

É importante lembrar, como mencionado anteriormente, que o Estado-nação é uma criação abstrata e moderna que abrange um conjunto enorme de indivíduos altamente diversificados em termos de classes sociais, crenças, etnias, variações linguísticas, entre outros traços identitários, cuja legitimidade precisa ser afirmada e reafirmada constantemente por meio de símbolos e rituais. Nesse sentido, além de agir como uma ferramenta de comunicação que possibilita a compreensão mútua e, conseqüentemente, a convivência entre os indivíduos, o idioma oficial também assume função política para o Estado na formação e conservação da comunidade imaginada ao “fabricar as semelhanças das quais resulta a comunidade de consciência que é o cimento da nação” (Bourdieu, 2008, p. 35); e atua como instrumento de legitimação de seu poder no campo simbólico ao influenciar como os indivíduos concebem as representações. Segundo Bourdieu (2008):

Mentais - vale dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento, em que os agentes investem seus interesses e pressupostos - e (...) objetivos, coisas (emblemas, bandeiras, insígnias etc.) ou atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica tendentes a determinar a representação (mental) que os outros podem construir a respeito tanto dessas propriedades como de seus portadores. (Bourdieu, 2008, p. 107)

Em suma, ao contrário de dialetos e variações minoritárias, a língua oficial, segundo Bourdieu (2008, p. 31), se beneficia de condições institucionais imprescindíveis para a sua codificação e imposição em todo o domínio do Estado ao reforçar a autoridade que fundamenta sua dominação. Para fins analíticos, será considerado apenas o idioma oficial do Estado-nação, visto que o processo de imposição e construção de identidade por parte das instituições do Estado à coletividade que o integra será dado como concluído de modo geral, obtendo primazia sobre outras formas de identificações responsáveis pela construção de unidades sociais minoritárias e menos relevantes para o estudo em questão, tais como grupos de indivíduos formados em torno de religião, cor, raça, sexo, região, entre outros, que não são atores reconhecidos no sistema internacional. Pelo fato de o Estado dispor do reconhecimento por parte de outros atores no sistema internacional e das condições institucionais e materiais necessárias para a imposição e veiculação de uma variante linguística, o idioma oficial se torna naturalmente a variante utilizada em matéria de políticas e iniciativas no âmbito de políticas internas e externas.

Nesta seção, procurou-se analisar as relações de poder que permeiam o Estado tendo em vista a perspectiva do idioma. Foi demonstrado que as relações de poder podem ser consideradas necessariamente relações culturais, visto que a cultura intervém no direcionamento da percepção das necessidades e prioridades por parte da comunidade politicamente organizada, ao mesmo tempo que é influenciada de modo proposital por parte do Estado para a legitimação de suas práticas e autoridade e conservação da comunidade imaginada.

Além disso, também foi demonstrado que o idioma é mais do que uma produção cultural da coletividade, é um instrumento de mediação entre consciência e forma de expressão dos indivíduos, que permite a transferência de outras produções culturais ao categorizar, organizar e transmitir o pensamento, ao mesmo tempo que atua dessa mesma forma, porém em sentido contrário: ajudar a interpretar a realidade objetiva e sociocultural por meio da formação de conceitos sobre os objetos materiais e imateriais, contribuindo para a identidade nacional. Essa análise será necessária na próxima seção para analisar as relações internacionais com base em relações culturais, destacando o uso do idioma como instrumento de poder e componente de política externa dos países.

## 2.2 USO DO IDIOMA E POLÍTICA EXTERNA DOS PAÍSES

No âmbito da atuação dos países em um sistema internacional anárquico em sua natureza, desigual em termos de distribuição de poder, condicionado pela relação entre agente e estrutura, dividido em dois espaços distintos chamados de Centro e Periferia, dois conceitos bem claros que refletem a assimetria de poder entre os Estados. De modo geral, se estabelecem dois tipos de relações entre os Estados a depender da posição que ocupam: dominação e cooperação. Relações de dominação ocorrem com frequência no sentido Centro-Periferia e são caracterizadas pelo uso de mecanismos coercitivos de poder por parte dos países desenvolvidos sobre os países subdesenvolvidos com a finalidade de atingir objetivos em benefício de seu próprio desenvolvimento nacional, manter o *status quo* do sistema internacional e a assimetria de poder a seu favor entre os atores internacionais.

É importante observar que esses países se beneficiam de uma inserção favorável no sistema internacional e já concluíram seu processo de consolidação do Estado. Por outro lado, relações de cooperação ocorrem com mais frequência entre

os países que ocupam a periferia do sistema internacional devido tanto a dificuldades internas quanto à inserção internacional desfavorável causada pelo desenvolvimento histórico. É importante destacar que muitos países que ocupam a periferia do sistema internacional, como os atuais Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, os PALOP, são sociedades provenientes de processos históricos de exploração e de colonização por parte dos países desenvolvidos as quais passaram por processos recentes de descolonização, herdando uma situação desfavorável tanto em termos de inserção internacional quanto no âmbito interno, sendo que muitas delas ainda estão em processo de formação e consolidação do Estado. Esses países, portanto, precisam:

[...] lutar tanto contra o subdesenvolvimento quanto para a consolidação de estados e sociedades centralizadas (...) em um sistema internacional abrangente no qual o domínio, ou pelo menos a influência, dos países poderosos sobre os mais fracos, a luta pela economia mundial e o uso da força, ou ameaça do uso da força, como instrumento de política externa foram normas de conduta predominantes (BRUCAN, 1974, p, 118–119).

Nesse sentido, é necessário que os países da periferia estabeleçam relações em termos igualitários e solidários com a finalidade de cooperarem para, segundo Milani (2012), solucionar seus próprios problemas políticos, econômicos e sociais considerando aspectos identitários comuns, como situação econômica, passado histórico, reciprocidade interdependência, entre outros, e buscar uma forma mais favorável de inserção no sistema internacional para superar as contradições e as desigualdades geradas pelo capitalismo no contexto internacional com base em um modelo alternativo ao eurocentrismo que permeava as relações Norte-Sul.

Diferentemente da atuação histórica tradicional dos participantes do sistema internacional, as relações de cooperação visam ao desenvolvimento mútuo dos Estados envolvidos, levando-se em consideração o “passado histórico e as tradições sociais, culturais ambientais, econômicas de cada país envolvido” (ULLRICH, CARRION, 2013, p. 3) e alcançam seu desenvolvimento pleno ao serem formalizadas por meio da institucionalização em foros e organizações internacionais, proporcionando um espaço organizado e formal para diálogo, concertação e, conseqüentemente, transformação dos valores e crenças comuns partilhados por seus integrantes em políticas a serem implementadas tendo em vista o desenvolvimento mútuo.

Ao estabelecer relações recíprocas e igualitárias baseadas na cooperação entre os países no sistema internacional, principalmente entre países

subdesenvolvidos, para os quais o diálogo e concertação política se fazem mais importantes tendo em vista sua posição desfavorável em termos de inserção internacional, suas particularidades e desafios internos, assim como os vários aspectos comuns entre eles mencionados anteriormente, é importante analisar o conceito de diplomacia cultural e sua relevância para o estudo do idioma como componente das relações internacionais. Ao contrário de métodos mais evidentes e imediatos que um país pode empregar para agir no sistema internacional, a diplomacia cultural se vale de métodos mais sutis, porém de longo prazo, para alcançar objetivos no cenário internacional.

Em vez de ações externas e unilaterais, como o uso de forças armadas e formas de coerção, militar ou econômica, a diplomacia cultural atua em sentido contrário, no âmbito interno dos países e como parte de um esforço bilateral ou multilateral. Antônio Houaiss vincula a prática da própria atividade diplomática a métodos que valorizam a sutileza, comedimento e compostura ao situar o diplomata como um “homem culto do meio que representa” (RIBEIRO, 2011, p. 17) em contraposição a formas de expressão mais grosseiras no âmbito internacional, tal como uso de força e coerção, as quais, em uma analogia com a afirmação de Houaiss, denotam impolidez, rudeza, afronta.

Em sua acepção moderna, a diplomacia cultural se vale da cultura de um país — toda a produção material e imaterial de um povo — para a realização de objetivos nacionais nos âmbitos culturais, econômicos e político, por meio da compreensão e aproximação entre os povos e instituições em proveito mútuo. É importante destacar que a diplomacia cultural envolve reciprocidade por parte dos envolvidos, ou seja, transmissão e valorização da própria cultura juntamente com pré-disposição e espírito aberto para compreender a dos demais. Pode ser comparada a um diálogo, no qual tão importante quanto *saber falar é saber ouvir*. Caso contrário, torna-se uma imposição unilateral de valores, que pode ser comparada a um processo de comunicação incompleto e com tantos ruídos “que se fica sem ouvir os sons que porventura existam do outro lado” (FRANKEL, 1996, p. 115).

Apesar de seus resultados práticos serem difíceis de mensurar diretamente por ser um processo de longo prazo e com consequências invisíveis, constatou-se que a diplomacia cultural atua no sentido de assistir as outras atividades diplomáticas do país a realizar seus objetivos, como concorda a afirmação do Comitê de Relações Exteriores do Parlamento Britânico:

Portanto, concluímos que a diplomacia cultural, como a compreendemos, não é realizada tendo em vista o próprio Comitê de Relações Exteriores, mas somente como instrumento a ser usado em auxílio à realização de outras atividades diplomáticas. (HOUSE OF COMMONS, 1986, p. VI, tradução nossa<sup>1</sup>)

Nesse sentido, enquanto o poderio militar e econômico intimida e suscita o antagonismo dos envolvidos, as manifestações culturais seduzem e criam um ambiente favorável ao entendimento, auxiliando todas as demais atividades políticas, culturais e econômicas. A difusão da cultura e a projeção de crenças e valores de um determinado povo afeta a percepção que os outros têm dele e afirmam sua presença no plano psicológico, em relação a outros países. Neste contexto, é interessante verificar os esforços de diplomacia cultural complementam outros dois tipos de atividades vinculadas à política externa e, conseqüentemente, ao desenvolvimento dos países: comércio exterior e cooperação técnica e científica.

No âmbito comercial, as políticas e atividades de diplomacia cultural costumam gerar resultados positivos ao atrair a atenção dos povos de outros países para outras áreas de atuação, criando e fortalecendo um sentimento de confiança em relação às qualificações de um determinado país e de familiaridade com seus valores e modo de vida e, conseqüentemente, diminuindo a distância psíquica<sup>2</sup>. Nesse caso, a projeção da cultura e a projeção de valores contribui para a formação de imagens e critérios de escolha por parte dos consumidores em relação a produtos e serviços provenientes de um ou de outro país, o que pode influenciar na formação de hábitos de consumo e gerar conseqüências comerciais. Isso demonstra que, “apesar de o método empregado não ter natureza política, é possível obter uma quantidade considerável de benefícios políticos e comerciais” (MITCHELL, 1986, p.19, tradução nossa<sup>3</sup>).

De natureza totalmente intelectual, a cooperação técnica, científica e acadêmica consiste basicamente na troca de informações, produção e análise de conhecimento, atividades para as quais é imprescindível a existência de um ambiente favorável ao entendimento, afinidade, trocas culturais e comunicação efetiva. Nesse sentido, as relações de cooperação têm mais possibilidade de serem bem-sucedidas

---

<sup>1</sup> We conclude, therefore, that cultural diplomacy, as we understand it, is not pursued by the Foreign Office for its own sake, but only as an instrument by which the pursuit of other diplomatic activities may be assisted (HOUSE OF COMMONS, CULTURAL DIPLOMACY, 1986, p. VI).

<sup>2</sup> Segundo Beckerman (1956, p. 31-38), a distância psíquica se refere às relações estabelecidas entre consumidores e compradores de um determinado produto no comércio internacional, em que é realizada uma avaliação subjetiva por meio de uma série de impressões influenciadas por diversos fatores, inclusive dificuldades de idioma e compreensão, além de preço e distância geográfica.

<sup>3</sup> Although the method all through is strictly non-political, at the end of the process a considerable political and commercial benefit is likely to be received (MITCHELL, 1986, p.19).

e produzirem resultados concretos de longo prazo se contarem com o auxílio da projeção de valores culturais do país, de modo que os fatores culturais dos envolvidos são considerados. Caso contrário, como mostram estudos da UNESCO, terão chance de fracassar por levar em conta somente aspectos técnicos, econômicos ou financeiros.

Rigaud comenta sobre o assunto pelo ponto de vista da França, país com ampla tradição colonialista e na diplomacia cultural:

Em um mundo marcado cada vez mais pelo espírito de competição até na área da cooperação, em que não se pode tomar para si as esferas de influência da assistência e cooperação, quais recursos a França pode utilizar para que o apoio dela tenha preferência em relação aos de outros países desenvolvidos? As vantagens de sua cultura, idioma, além de sua posição diplomática única, não poderiam ser usadas para convencer que sua oferta de cooperação não é uma forma de imperialismo mais ou menos dissimulado nem a imposição de um modelo igual aos demais, copiados das economias dominantes? (RIGAUD, 1980, p. 51)

Para isso, a diplomacia cultural seria utilizada para, segundo Ribeiro (2011, p. 42), facilitar contatos, abrir caminhos e obter confiança de fontes de informação. Nesse contexto, é importante destacar o papel de intercâmbios culturais e de programas de bolsas de estudo. Além da formação educacional ou profissional, de acordo com Marshall (no artigo *"The Role of International Educational Exchanges Sponsored"*, apud Ribeiro 2011), é preciso considerar a influência cultural que o país anfitrião acaba exercendo sobre o aluno, que o faz desenvolver uma percepção bem mais sofisticada em relação àquele país, podendo vir a influenciar alguma política ou escolha caso alcance uma posição de tomador de decisões futuramente.

Em âmbito político, a diplomacia cultural pode ser atenuar períodos de tensão ou conflitos entre os países, ainda que de modo informal, ao possibilitar uma via de comunicação que "permite deixar as portas abertas para facilitar e encorajar futuros mecanismos de aproximação" (RIBEIRO, 2011, p. 38), o que possibilita a retomada de relações posteriormente.

Por fim, concluiu-se que a diplomacia cultural trabalha em conjunto com as outras formas de diplomacia para facilitar a realização dos objetivos do país por via indireta no sistema internacional, ao influenciar na escolha de parceiros de relações comerciais ou de cooperação, afirmar a presença do país no imaginário coletivo dos povos de outros países, promover a difusão da cultura por meio da projeção de valores culturais. Apesar de, como foi mencionado anteriormente, seus resultados serem difíceis de serem demonstrados na prática, a diplomacia cultural sempre se fez

presente na política externa de países com tradição em difusão cultural, como a Inglaterra, França, Estados Unidos, entre outros, em áreas que abrangem o

Intercâmbio de pessoas; promoção da arte e dos artistas; ensino de língua como veículo de valores; distribuição integrada de material de divulgação; apoio a projetos de cooperação intelectual; apoio a projetos de cooperação técnica; integração e mutualidade na programação (RIBEIRO, 2011, p. 31).

Anteriormente, o idioma foi discutido como um meio de comunicação para viabilizar a convivência entre os indivíduos de uma comunidade, depois foi visto como se estruturava em redes de signos com valores semânticos atribuídos por meio de comparações com outros signos e sua relação com o pensamento e interpretação das realidades objetiva e sociocultural, tanto por um olhar da psicologia quanto da linguística, e em seguida foi debatido seu papel na identidade da comunidade imaginada e instrumento de dominação simbólica para legitimar o poder e a autoridade do Estado. Neste momento, será analisado no contexto internacional.

Considerando a abordagem estruturalista a respeito de como o idioma é organizado, é preciso destacar que cada língua é única. Isso acontece devido à própria natureza estrutural do sistema linguístico e ao conceito de significação. A língua, como foi visto antes, é um ente abstrato, uma instituição, cuja totalidade só existe em uma coletividade visto que é impossível cada indivíduo conhecê-la por completo. Segundo Saussure (2019, p. 162), seus signos só adquirem valor semântico se forem comparados entre si em termos de contraste e semelhança, ou seja, com aqueles cujos valores são equivalentes ao signo em comparação e com o contrário disso, signos com valores diferentes. Em suma, tomando um exemplo prático do cotidiano, segundo (PYM, 2017, p. 33) a palavra inglesa *sheep* tem um determinado valor nesse sistema linguístico pelo fato de não se referir a uma vaca nem a *mutton*, que não representa o animal, e sim um tipo de carne.

Em contrapartida, a significação consiste na relação entre significante e significado e está diretamente relacionada ao uso da língua por parte de uma determinada comunidade linguística, ou seja, se refere a como uma palavra é realmente usada pelos indivíduos no cotidiano. É importante destacar que esse uso fatural da língua leva em consideração um conjunto amplo de aspectos que se dá na reprodução da mensagem, como emissor, receptor, tempo, local, circunstância, entre outros, e diversos aspectos socioculturais, os quais variam de pessoa a pessoa, comunidade linguística a comunidade linguística.

Quando a comunicação acontece entre indivíduos de universos linguísticos diferentes, é comum ocorrerem mal-entendidos ou mesmo total incompreensão entre os envolvidos, o muitas vezes que pode servir de ponto de partida para consequências mais graves. Geralmente, parte disso resulta da formação de falsas equivalências por parte dos envolvidos em relação às palavras utilizadas durante o processo. Essa relação entre a atribuição de valores semânticos e o uso fatural da língua considerando outros sistemas linguísticos é demonstrada com um exemplo bem simples:

O português *carneiro* ou o francês *mouton* podem ter a mesma significação que o inglês *sheep*, mas não o mesmo valor, isso por várias razões, em particular porque, ao falar de uma porção de carne preparada e servida à mesa, o inglês diz *mouton*, e não *sheep*. A diferença de valor entre *sheep* e *mouton* ou *carneiro* se deve a que o primeiro tem a seu lado um segundo termo, o que não ocorre com a palavra francesa ou portuguesa (SAUSSURE, 2019, p. 162).

Nesse contexto, é importante destacar que muitas vezes o uso de equivalências literais, baseadas na forma da palavra, como a palavra *especialmente*, do português, em referência ao termo *specially*, do inglês, pode ser suficiente para um processo de comunicação simples, mas isso não se verifica em situações mais complexas ou em relação a idiomas de origens diferentes, como, por exemplo, português e mandarim, húngaro e japonês. Além disso, a depender das diferenças culturais dos envolvidos, a atitude que eles têm em relação a uma determinada palavra ou expressão — o que é altamente subjetivo — pode variar, dificultando ainda mais a comunicação.

No âmbito da subjetividade, foi visto anteriormente que a língua tem uma relação intrínseca com o pensamento e as realidades objetiva e sociocultural que cercam os indivíduos que a usam, constatou-se também que seu uso durante o processo de comunicação ocorre tanto em nível fisiológico quanto psíquico. Nesse sentido, considerando a infinidade de fatores geográficos, históricos, sociais e culturais aos quais indivíduos de todos os países estão submetidos e os diferentes sistemas estruturais linguísticos sendo utilizados para interpretar a realidade organizar os pensamentos a serem transmitidos, é possível inferir a existência de uma pluralidade imensa de concepções e interpretações da realidade por parte das pessoas e que, conseqüentemente, idiomas diferentes expressam visões de mundo diferentes. Essa concepção é corroborada pelos estudos empíricos dos linguistas Edward Sapir e Benjamin Whorf na década de 1930, os quais resultaram em três conclusões:

I) Em geral, as diferenças estruturais entre os sistemas linguísticos serão acompanhadas de diferenças cognitivas não linguísticas, de algum tipo, nos falantes nativos das duas línguas; II) A estrutura da língua nativa de uma pessoa tem uma influência profunda ou define totalmente a visão de mundo que ela irá obter à medida que aprende um idioma; (...) III) Os sistemas semânticos de línguas diferentes variam sem restrições (KAY; KEMPTON, 1984, p. 66–75).

Desse modo, analisando a língua por meio do paradigma estruturalista, é possível concluir que a visão de mundo dos indivíduos de cada comunidade é limitada pelo sistema linguístico no qual estão inseridos porque, ao agir como um instrumento de mediação entre os sentidos e o pensamento, expressando, categorizando e interpretando a realidade, o idioma também delimita a formação de concepções por parte das pessoas; levando esse paradigma ao extremo, não seria possível ter certeza de nenhum conceito situado além do nosso universo linguístico.

Da mesma forma, também é possível concluir que o ensino, aprendizado e difusão do idioma são ferramentas sutis e poderosas no sentido de influenciar a percepção que indivíduos com sistemas linguísticos diferentes têm a respeito da realidade e alterar sistemas de pensamento e estruturas mentais, pois o idioma em si é uma manifestação cultural, está indiretamente associado a todas as outras manifestações culturais ao intermediar o pensamento e os sentidos e, conseqüentemente, de um modo ou de outro, age com a finalidade de “estruturar a percepção que os agentes sociais têm do mundo social” (BOURDIEU, 2008, p. 81). Nesse sentido, constitui mais um dos muitos recursos de poder que os países têm a disposição para realizar seus objetivos no sistema internacional. Castro (2016, p. 196) discorre sobre o assunto em termos etiológicos ao analisar o idioma como um veículo de transporte para a cultura material e imaterial de um ator internacional, com a finalidade de influenciar outras culturas como “revestimento do pensar e do agir à maneira do empoderamento” (CASTRO, 2016, p. 196).

Diante do que foi discutido até aqui, surge, portanto, um vínculo natural entre o idioma e a diplomacia cultural, uma vez que a língua é um veículo de transmissão dos valores e cultura do povo de um determinado país, e a diplomacia cultural consiste em usar relações culturais para atingir seus objetivos no sistema internacional. Desse modo, ao usar as instituições do Estado para difundir internacionalmente seu idioma, e por conseguinte sua cultura, o país atua para afirmar, de forma consciente e organizada, sua presença internacional no plano simbólico diante dos outros países, projetar sua identidade nacional, compartilhar sua visão de mundo a respeito da

realidade, estreitar laços culturais e contribuir para a solução de conflitos sem recorrer ao uso da força, ao mesmo tempo que aumenta a abrangência e coopta mais pessoas para sua área de influência, conquistando “corações e mentes”.

Ao ser usado para influenciar nas percepções dos indivíduos de outros países, o idioma cumpre a finalidade da diplomacia cultural, de auxílio a outras áreas da atividade diplomática, ao criar um ambiente favorável à comunicação e ao entendimento porque a predisposição à cooperação com parceiros que compartilham visões de mundo similares é maior do que o contrário disso, a tendência é de que haja menos predisposição à cooperação em se tratando de parceiros com visões de mundo muito diferentes ou mesmo diametralmente opostas. Apesar da dificuldade de mensurar os resultados práticos de políticas externas de difusão de idioma e cultura, como foi mencionado anteriormente, é importante observar o exemplo de países com tradição colonial e/ou que visam a manter ou obter hegemonia no sistema internacional; de modo geral, cada um desses países atribui importância considerável a esse aspecto e tem pelo menos uma instituição governamental responsável pelo ensino do idioma e intercâmbios de estudantes, atuando no âmbito de difusão cultural e intercâmbio de pessoas da diplomacia cultural.

Para citar alguns exemplos, a França, país colonialista com a tradição mais antiga de difusão cultural, utiliza a Aliança Francesa para a difusão do idioma e da cultura francesa no mundo; essa instituição, fundada em 1883, tem 834 instituições em 132 países em cinco continentes, 491 mil alunos de francês, 14 mil funcionários, incluindo cerca de 9 mil professores, 26 mil eventos culturais organizados pelo mundo, com 3,3 milhões de espectadores (AF, 2017). Com história mais recente, o Goethe Institut foi fundado em 1951 e promove língua e cultura alemã por meio de 158 institutos em 98 países, com cerca de 4 mil funcionários no mundo todo (GOETHE INSTITUT, 2021)

A China, um ator emergente e de extrema relevância no cenário internacional atual, divulga o idioma e a cultura chinesa há dez anos por meio do Instituto Confúcio, com 600 institutos presentes em 120 países, com mais de 11 mil alunos (INSTITUTO CONFÚCIO, 2019) Dentre outras iniciativas de difusão cultural e do idioma pelo mundo, também se pode citar a Fundação Japão, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores do Japão, com a finalidade de difundir a língua e cultura japonesa; o Instituto Camões, em homenagem ao poeta português Luís de Camões, vinculado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, para a divulgação da língua e cultura

portuguesa; o Instituto Cervantes, em homenagem ao escritor Miguel Cervantes, vinculado ao Ministério de Assuntos Exteriores da Espanha, com a finalidade de promover e difundir a língua e cultura espanhola; e, de extrema importância, toda a máquina de promoção cultural e cinematográfica dos Estados Unidos, país que exerce, segundo Ramonet (2000), além de hegemonia mundial nos setores militar e tecnológico, domínio sobre a terminologia empregada em várias áreas do conhecimento, exercendo domínio simbólico ao influenciar indiretamente a formação do vocabulário, conceitos e sentidos.

Nessa seção, procurou-se analisar o uso do idioma no âmbito internacional tanto em termos de relação de poder quanto de cooperação entre os países. Foi demonstrado que pessoas com sistemas linguísticos diferentes têm diferentes visões de mundo, ou seja, interpretam a realidade objetiva e sociocultural de maneira distinta umas das outras, sendo que os idiomas são únicos devido à natureza estrutural do sistema de relações entre os signos e da maneira como as pessoas o usam no cotidiano. Foi discutido o uso de laços culturais para a realização de finalidades políticas, culturais e econômicas e foi concluído que os resultados na diplomacia cultural não são percebidos de imediato, e sim em conjunto com todas as outras atividades diplomáticas ao contribuir para a criação de um ambiente de convivência e favorável à comunicação.

Nesse sentido, o idioma pode ser utilizado no âmbito da diplomacia cultural com a finalidade de transmitir a cultura e os valores do povo de um determinado país com a finalidade de afirmar sua presença e influenciar a percepção dos indivíduos de outros países a seu favor. Por fim, foram dados exemplos de países que exercem hegemonia, eram antigas potências coloniais ou aspiram a ser hegemônicos, ao mesmo tempo que atuam no sistema internacional por meio de políticas externas que promovem a difusão e o ensino de seu idioma, além do intercâmbio de pessoas e ideias.

### 2.3 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

Ao longo de duas seções, foi necessário discutir como o idioma é utilizado tanto no âmbito interno quanto no âmbito externo dos países a fim de analisar a construção e a institucionalização das relações internacionais entre o Brasil e os PALOP sob a perspectiva da língua nos próximos capítulos, que é a finalidade deste estudo. Nesse sentido, foi demonstrado que o idioma está diretamente relacionado com a esfera

psíquica e atua como uma camada intermediária entre a capacidade de expressão e o pensamento ao organizar e categorizar as impressões acerca da realidade objetiva e relacionar com conceitos, o que praticamente possibilita a comunicação, tornando-a um “fenômeno inteiramente psíquico, seguido, por sua vez, de um processo fisiológico” (Saussure, 2019, p. 42). Nesse sentido, conclui-se que o idioma é uma das principais e mais importantes manifestações culturais de um povo porque torna viáveis praticamente todas as demais formas de manifestações da cultura — tanto de maneira direta, por meio da fala e da escrita, quanto de maneira indireta, devido à função fundamental que exerce na interpretação da realidade objetiva e sociocultural — e que cada língua é um sistema único de signos que reflete a singularidade da cultura em que está inserida. Ao permear direta e indiretamente as manifestações culturais e, desse modo, as ações dos indivíduos — que compõem e são baseadas na cultura —, se conclui que o idioma é um componente fundamental na identidade de uma determinada comunidade, permitindo a comunicação e consistindo em mais uma das muitas formas de identificação e formação de vínculos entre os indivíduos, além de raça, sexo, religião, classe social, entre outros.

Ainda no âmbito interno do Estado, ou seja, a comunidade de indivíduos organizada politicamente, foi discutida a importância da identidade nacional no sentido de direcionar a percepção de seus integrantes a respeito do que deve ou não ser priorizado em matéria de importância; na esfera política, isso repercute nas instituições do Estado e, conseqüentemente, exerce influência sobre as decisões políticas. Em contrapartida, foi discutido que o Estado também atua politicamente com a finalidade de influenciar as construções da identidade nacional e da comunidade imaginada ao criar símbolos e rituais para legitimar e reforçar sua autoridade, incluindo a formulação e implementação de políticas relacionadas à normatização e difusão de uma determinada variante linguística, exercendo dominação simbólica por meio de suas instituições, com importância fundamental para instituições de educação, que cumprem “a função determinante de fabricar as semelhanças das quais resulta a comunidade de consciência que é o cimento da nação.” (BOURDIEU, 1992). Nesse sentido, conclui-se que *as relações políticas são necessariamente relações culturais* e que o idioma, nesse âmbito, é uma questão de suma importância para a organização do Estado.

Considerando o vínculo existente entre as relações políticas e a cultura e que o Estado é uma entidade abstrata fundada no direito e no imaginário coletivo,

materializada na forma de instituições, é possível inferir que as relações internacionais são necessariamente relações entre indivíduos de diferentes comunidades organizadas e que, portanto, a identidade nacional da nação se revela e influencia, em certa medida, suas ações no contexto internacional. Brucan (1974, p. 129) discorre sobre o assunto afirmando que a identidade nacional, expressa e organizada por meio das instituições do Estado, abrange os estímulos que fundamentam a atividade internacional de um país, sendo possível verificar seu conteúdo, que variam de acordo com as condições sociais e históricas, ao analisar as relações sociais e nacionais que os originam.

Visto que os países localizados na periferia do sistema internacional costumam estabelecer relações de cooperação como forma de resistência ao domínio dos países do centro e em busca de concertação política e relações mais igualitárias com parceiros que compartilham desafios e aspectos identitários comuns, torna-se natural o vínculo entre as relações de cooperação e a diplomacia cultural. Nesse sentido, políticas de difusão e promoção do idioma, intercâmbio de pessoas, atividades culturais, três áreas relacionadas diretamente entre si, atuam para aproximar culturas, facilitar contatos, criar um ambiente favorável à comunicação e romper barreiras ao transmitir valores e compartilhar visões de mundo dos indivíduos de diferentes países, com a finalidade de realizar objetivos nos âmbitos político, econômico e cultural.

Desse modo, para o presente trabalho, conclui-se que o idioma é um constructo social que permeia que se origina em uma comunidade de indivíduos; é normatizado, organizado e difundido pelo Estado ao mesmo tempo que compõe uma das muitas características da identidade que o compõem; e, por fim, é projetado no cenário internacional como um dos muitos instrumentos dos quais o Estado-nação dispõe para realizar seus objetivos. Conclui-se que a língua é, sobretudo, um veículo de transmissão de cultura e de valores e um instrumento de poder, tanto nacional quanto internacional.

### **3 INÍCIO DAS RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL-PALOP: LUSOFONIA E DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL NA PERIFERIA E SEMIPERIFERIA DO SISTEMA INTERNACIONAL**

Neste capítulo serão analisadas, em perspectiva histórica, as relações de cooperação entre os objetos deste estudo: O Brasil e os países membros dos PALOP. A análise será feita tendo a lusofonia como eixo principal para a construção destes Estados e de suas relações, levando em consideração a diversidade sociocultural de cada um, assim como seu lugar no Sistema Internacional enquanto periferias e semiperiferias. Para isso, o capítulo trará primeiro um panorama da diversidade entre Brasil-PALOP apesar de sua semelhança idiomática; e em seguida, mostrará como se deu a construção de suas relações cooperativas; fechando então com as principais conclusões obtidas ao longo do capítulo, e como estas auxiliam na construção do estudo como um todo.

#### **3.1 BRASIL E PALOP: DIVERSIDADE E LUSOFONIA**

O que se conhece por “Grandes Navegações” foi um período compreendido entre os séculos XV e XVI, em que Portugal detinha superioridade náutica em relação aos demais povos da Europa. O Estado português estava em processo adiantado de formação, sendo um dos países mais antigos do mundo, cuja independência ocorreu em 1139, e vindo a formar, segundo Ribeiro (1987, p. 14), a fronteira mais antiga e estável do mundo, fato que contribuiu para proporcionar um ambiente favorável de convivência entre os povos e influenciou a formação da língua e da identidade portuguesa.

Apesar do extrativismo, da exploração das riquezas materiais, do comércio de escravos africanos e da assimilação das populações indígenas, o expansionismo e o império ultramarino português deram origem, à sua maneira, a um dos primeiros processos de globalização. Analisando esse fenômeno pelo ponto de vista linguístico, os portugueses contribuíram para colocar povos de partes distintas do globo, como a Europa, Ásia, África e América do Sul, em contato com a língua portuguesa. Ao longo da história, esses povos viriam a constituir sociedades altamente diversificadas, cada uma delas passando por processos históricos e transformações socioculturais diferentes ao longo do tempo, vindo a enfrentar posteriormente desafios complexos, tanto em âmbito interno quanto no âmbito internacional, e a ocupar diferentes posições no sistema internacional, com formas de inserção distintas.

Originários desse processo, o Brasil e os países que viriam a constituir os PALOP em 1979 — Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe — compartilham uma ligação étnica, histórica, cultural e linguística que remonta ao passado, resultado do comércio de mão de obra escrava da costa africana para o Brasil desempenhado pelos portugueses do século XVI ao século XIX. Nesse sentido, tanto a sociedade brasileira incipiente da época quanto os povos africanos escravizados integravam o sistema de exploração do Império Português, centralizado no Atlântico Sul, de modo que tinham vínculos remontando a época em que

os colonizadores portugueses ocuparam as duas margens do Oceano Atlântico Sul no século XVI. Com a chegada ao Brasil da primeira leva de escravos africanos, em 1538, inicia-se uma longa fase de íntima ligação, baseada principalmente no tráfico, que se estende até 1850, quando inicia seu declínio. Esse relacionamento não era de menor importância no plano global, pois, se no século XVII, o Atlântico Sul foi o centro dinâmico da economia mundial, com o Brasil impulsionando o Império Atlântico Português. (VISENTINI; PEREIRA, 2008, p. 2)

Entretanto, apesar da existência desse vínculo distante, é preciso ressaltar algumas diferenças importantes em relação à situação da língua portuguesa nesses países, ao processo de formação dos Estados e aos aspectos étnico-raciais verificados nessas sociedades.

Em relação aos grupos culturais trazidos para o Brasil na época da escravidão, é possível identificar três dos principais:

O primeiro, das culturas sudanesas, é representado, principalmente, pelos grupos Yoruba — chamados *nagô*, pelos Dahomey — designados geralmente como *gegê* — e pelos Fanti-Ashanti — conhecidos como *minas* —, além de muitos representantes de grupos menores da Gâmbia, Serra Leoa, Costa da Malagueta e Costa do Marfim. O segundo grupo trouxe ao Brasil culturas africanas islamizadas, principalmente os Peuhl, os Mandinga e os Haussa, do Norte da Nigéria, identificados na Bahia como negros *malé* e no Rio de Janeiro como negros *alufá*. O terceiro grupo cultural africano era integrado por tribos Bantu, do grupo congo-angolês, provenientes da área hoje compreendida pela Angola e a “Contra Costa”, que corresponde ao atual território de Moçambique (RIBEIRO, 2018, p. 86).

Para fins de contextualização, além do consenso histórico existente a respeito dos três principais grupos culturais dos escravos trazidos da África, a tabela 1 abaixo (Mattos, 2005, p. 155) fornece mais dados sobre o local de origem a maior parte dos escravos do Brasil, segundo os critérios de classificação da Igreja Católica ao batizá-los, assim que seus proprietários os encaminhavam à paróquia mais próxima para que

a mão de obra escrava recém-adquirida pudesse passar a pertencer à sociedade brasileira da época.

**Tabela 1 – Origem dos escravos africanos**

<b>Origem</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Guiné <sup>4</sup>	366	37,70
África <sup>5</sup>	224	23,06
Da Costa	158	15,45
Costa da África	68	7,00
Centro-Oeste <sup>6</sup>	66	6,80
Ocidental <sup>7</sup>	51	5,25
Costa da Guiné	32	3,29
Oriental <sup>8</sup>	14	1,45
Total	971	100

Fonte: MATTOS (2006)

Ao analisar a tabela 1, verificam-se diferentes denominações atribuídas pelas autoridades da época quanto à origem e etnias dos escravos, o que pode indicar dificuldade em categorizar, ou até distinguir os grupos, causada talvez até por problemas de comunicação decorrentes do idioma, ou simplesmente porque essa distinção não fosse importante para o contexto do trabalho escravo. Nesse sentido, conforme Mattos (2006, p. 26), as designações utilizadas na época, como *benguela*, *angola*, *congo*, *cabinda*, *cassange*, *rebolo*, costumavam ser problemáticas porque mesclavam etnias originais africanas, faixas costeiras e portos de embarque. Mesmo assim, apesar dos problemas de denominação, de acordo com Alencastro (2000, p. 69), estima-se que cerca de 4 milhões de escravos africanos foram trazidos para o Brasil.

Neste estudo, é importante considerar a transformação étnica pela qual passou a população brasileira ao longo do tempo, devido a processos socioculturais. Como referência, a tabela 2 abaixo fornece mais informações sobre a dinâmica populacional brasileira do século XVI ao século XIX (MUSSA, 1991):

**Tabela 2 – Dinâmica populacional brasileira dos séculos XVI ao XIX**

	<b>1538–1600</b>	<b>1601–1700</b>	<b>1701–1800</b>	<b>1801–1850</b>	<b>1851–1890</b>
--	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

<sup>4</sup> Essa expressão abrange os termos “da Guiné” e “gentio da Guiné”.

<sup>5</sup> Essa expressão abrange os termos “africano”, “africano de nação” e “de nação”.

<sup>6</sup> Essa expressão abrange os termos “angola”, “cabinda”, “cassange”, “congo”, “munjolo” e “rebolo”.

<sup>7</sup> Essa expressão abrange o termo “mina”.

<sup>8</sup> Essa expressão abrange o termo “moçambique”.

<b>Africanos</b>	20%	30%	20%	12%	2%
<b>Negros brasileiros</b>	-	20%	21%	19%	13%
<b>Mulatos</b>	-	10%	19%	34%	42%
<b>Branços brasileiros</b>	-	5%	10%	17%	24%
<b>Europeus</b>	30%	25%	22%	14%	17%
<b>Índios integrados</b>	50%	10%	8%	4%	2%

**Fonte:** Mussa (1991)

Ao verificar a tabela, constata-se que o povo brasileiro já era uma sociedade diversificada e miscigenada desde sua origem, com os negros africanos consistindo em apenas mais um dos muitos grupos que viria a compor o mosaico de etnias no qual a sociedade brasileira se transformará com o passar dos anos. Além disso, com o passar do tempo, também é possível verificar uma mudança na composição da população negra brasileira devido à miscigenação com a população branca e, em alguns casos, indígena. A porcentagem de negros africanos foi diminuindo consideravelmente em intervalos de 50 a 100 anos, dando espaço para o surgimento do negro brasileiro, gerações de negros nascidas em território brasileiro, sem jamais ter tido contato direto com a África, e o mulato, proveniente da miscigenação entre negros e brancos. Desse modo, etnicamente falando, já se começa a verificar o distanciamento cada vez maior do negro africano com as populações negras e miscigenadas que serão características da formação étnico-racial da sociedade brasileira de hoje.

Outro aspecto essencial para a formação da identidade brasileira dos dias de hoje foi o processo de imigração que se iniciou no século XIX. A tabela 3 abaixo mostra, em certa medida, a dinâmica do crescimento populacional em conjunto com mais uma transformação no perfil étnico-racial da população do Brasil.

**Tabela 3 – Imigração no Brasil, por nacionalidade (1884–1893 a 1924–1933)**

<b>Nacionalidade</b>	<b>Efetivos decenais</b>				
	1884–1893	1894–1903	1904–1913	1914–1923	1924–1933
Alemães	22.778	6.698	33.859	29.339	61.723
Espanhóis	113.116	102.142	224.672	94.779	52.405
Italianos	510.533	537.784	196.521	86.320	70.177

Japoneses	-	-	11.868	20.398	110.191
Portugueses	170.621	155.542	384.672	201.252	233.650
Sírios e turcos	96	7.124	45.803	20.400	20.400
Outros	66.524	42.820	109.222	51.493	164.586
<b>Total</b>	<b>883.668</b>	<b>852.110</b>	<b>1.006.617</b>	<b>503.981</b>	<b>717.223</b>

Fonte: IBGE (2000).

Verifica-se na tabela acima mais um influxo de pessoas provenientes de lugares diferentes daqueles mencionados até então, como a mão de obra escrava de negros africanos ou a presença fatural, e em menor escala, de alguns povos vindos da Europa, como portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e judeus. Nesse sentido, a partir de 1884 — ou antes disso, considerando-se a imigração alemã, que se iniciou 1824 —, alemães, italianos, espanhóis, japoneses, sírios, turcos, libaneses, chineses, tchecos, poloneses, entre outros, em suma, pessoas de todas as partes do mundo, passaram a integrar e, conseqüentemente, diversificar ainda mais a composição étnica e sociocultural brasileira.

Ao mesmo tempo, os PALOP também passaram por processos de imensas transformações étnicas e socioculturais ao longo dos anos, tornando-se sociedades altamente diversificadas entre si e em relação ao Brasil contemporâneo. Atualmente, os grupos étnicos que compõem a população de Angola incluem *ovimbundos*, *ambundos*, *bakongos*, *mestiços*, *lunda-chokwe*, *nyaneka-nkumbi*, *ambo*, *herero*, *sã*, *kwisis*, além de grupos minoritários como *himba*, *kwepe*, *kuvale* e *zemba* (MINORITY RIGHTS, 2020a). Em relação ao Estado de Cabo Verde, africanos, crioulos e europeus compõem grande parte dos principais grupos étnicos desse país, além de imigrantes do oeste da África (MINORITY RIGHTS, 2020b). Guiné-Bissau é composta em grande parte pelos *balantas*, *fulas (fulani)*, *manjacos*, *mandingas*, *papís*, *felupes*, *jolas*, *susus* e cabo-verdianos (MINORITY RIGHTS, 2020c). Já o Estado de Moçambique inclui diversos grupos étnicos, dos quais se destacam os *macuas*, *senas*, *shonas (ndau)*, *tsongas*, *portugueses* e, em menor quantidade, árabes, chineses e populações originárias do sul da Ásia (MINORITY RIGHTS, 2020d). Por fim, São Tomé e Príncipe é composto majoritariamente por seis grupos étnicos: mestiços, ou filhos da terra, forros, serviçais, tongas, angolares e europeus (MINORITY RIGHTS, 2020e).

No Brasil, a difusão e a futura institucionalização da língua portuguesa estão presentes praticamente desde o início da colonização e sempre dispuseram de

condições conceituais e institucionais excepcionais. Adentrando o território brasileiro juntamente com os portugueses – movidos pela extração e tráfico de pau-brasil –, exploradores e bandeirantes, fizeram com que a língua portuguesa fosse adaptada, em um primeiro momento, para a língua geral — uma forma simplificada do idioma para facilitar a comunicação com a população indígena — para depois se impor e suplantar aos poucos as línguas nativas das regiões à medida que se adaptava e se enriquecia com novos termos e palavras e os povos indígenas eram incorporados à sociedade brasileira da época por meio de casamentos ou pereciam.

Nesse sentido, a língua portuguesa foi privilegiada e teve condições excepcionais para se expandir por um território de dimensões continentais praticamente sem enfrentar resistência considerável por parte de outros povos, ou seja, foi uma língua pronta “transplantada da Europa para a América [...], impondo-se às línguas indígenas e africanas faladas nos séculos iniciais da colonização” (SOBRINHO, 2000, p. 12), o que teve papel crucial para manter a unidade entre populações variadas de diversas regiões distantes entre si ao longo do tempo. Outro acontecimento histórico excepcional do qual a língua portuguesa se beneficiou foi a vinda da família real para o Brasil. A transferência da corte portuguesa para o Brasil tornou o idioma oficial e, junto com o aumento considerável da população portuguesa que se seguiu, proporcionou um ambiente cultural e institucional apropriado para sua difusão e desenvolvimento com a transformação do Rio de Janeiro na capital do Império.

As fundações da Biblioteca Nacional e da Imprensa Régia permitiram que a língua portuguesa tivesse um instrumento de circulação oficial, contribuindo ainda mais para a vida cultural e a unidade do povo brasileiro. Apesar das tensões territoriais, perturbações políticas e tentativas de independência territorial por parte de várias províncias, do Império à República, do Estado Novo à ditadura militar e posterior redemocratização, é possível dizer que a língua portuguesa sempre foi um patrimônio que se manteve incólume no Brasil.

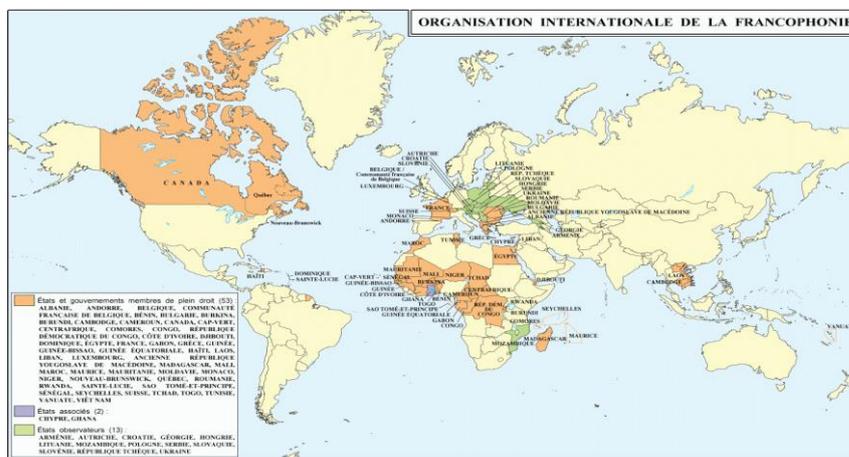
Já no caso dos PALOP, apesar do contato com a língua portuguesa e de sua institucionalização como língua oficial, cada país também inclui uma variedade rica de idiomas nacionais que contribui ainda mais para diversificar a sociedade e a cultura dessa comunidade de Estados. Em Angola, o português foi adotado como idioma oficial com a primeira instituição de Angola, em 1975 (ANGOLA, 2015), e são faladas as línguas *umbundu*, *kikongo*, *kimbundo*, *chokwe*, *nhaneca*, *nganguela*, *fiote*,

*kwanhama, muhumbi, luvale*, entre outras (MINORITY RIGHTS, 2020a), sendo que o Estado valoriza e promove o “estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola (...) e das principais línguas de comunicação” (ANGOLA, 2015). No Cabo Verde, o português foi institucionalizado como idioma oficial em 1980 (CABO VERDE, 2018) e também é falado o idioma crioulo (MINORITY RIGHTS, 2020b), sendo também promovidas as “condições para a oficialização da língua materna cabo-verdiana, em paridade com a língua portuguesa” (CONSTITUIÇÃO DO CABO VERDE, 1980, p. 6). Em Guiné-Bissau, além de ter o português como língua difundida e veiculada pelo governo desde a independência, são falados o crioulo, francês e vários idiomas africanos, como o *balanta-kentohe, pulaar, mandjak, mandinka, papel, biafada, mancanha, bidyogo, ejamat, mansoanka, bainoukgunyuno, nalu, soninke, badjara, bayote, kobiana, cassanga, basary* (MINORITY RIGHTS, 2020c); é importante observar que não há menção da língua portuguesa na constituição de Guiné-Bissau, aprovada em 1984, o que indica que o idioma ainda não foi consolidado nesse país (CONSTITUIÇÃO DE GUINÉ-BISSAU, 2019).

Em Moçambique, além do português ser o idioma oficial, são faladas as línguas *emakhuwa, xichangana/xitsonga, cisena, elomwe, echuwabo, cindau/shona, xitswa, ronga, marendje, nianja, swahili* (MINORITY RIGHTS, 2020d); é importante notar que não há menção a nenhum idioma oficial na primeira constituição de Moçambique, de 1975 (CONSTITUIÇÃO DE MOÇAMBIQUE, 1975), sendo a adoção do português como língua oficial institucionalizada somente na constituição de 1990 (MOÇAMBIQUE, 2015), ainda com a ressalva de que o Estado valoriza as “línguas nacionais e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares e na educação dos cidadãos” (MOÇAMBIQUE, 2015). Por fim, em São Tomé e Príncipe, foi adotada a língua portuguesa como idioma utilizado pelo governo e também são falados o *são-tomeense* e o *principense* (MINORITY RIGHTS, 2020e); observa-se também que não existe menção a nenhum idioma oficial nas constituições de São Tomé e Príncipe, da primeira, em 1980, até a mais recente, a de 2002.

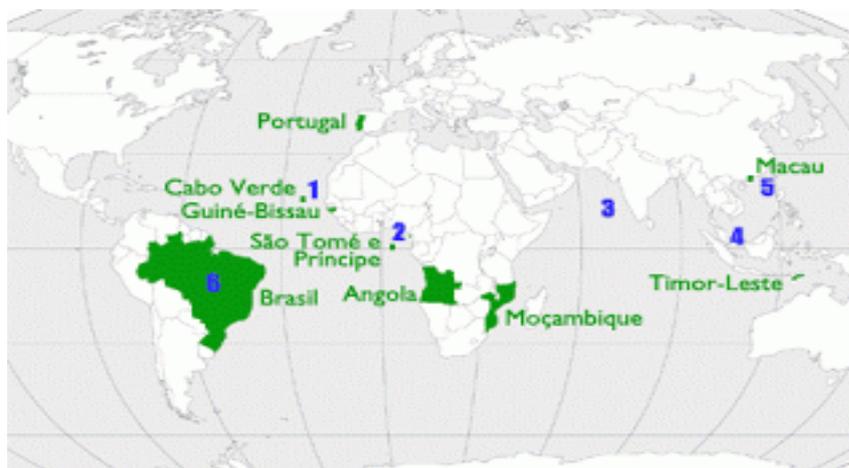
Para melhor compreensão acerca do espaço linguístico em que estão inseridos os PALOP, é preciso verificar os três mapas a seguir:

**Mapa 1 – Ex-colônias Francófonas**



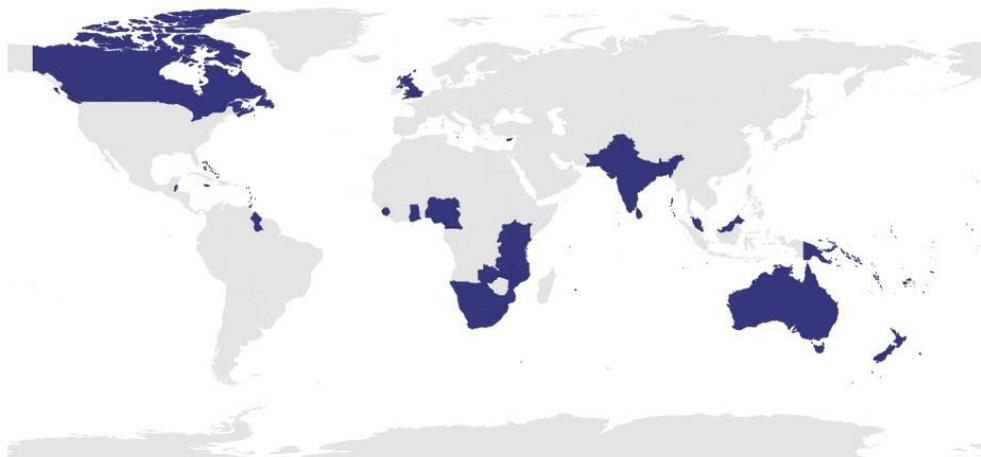
Fonte: Departamento de Línguas (2011)

**Mapa 2 – Ex-colônias Lusófonas**



Fonte: JRI (2019)

**Mapa 3 — Ex-colônias Anglófonas**



**Fonte:** THE COMMONWEALTH (2020)

Ao verificar a posição geográfica dos países lusófonos, anglófonos e francófonos na África, mapas 1, 2 e 3, respectivamente, observa-se que os PALOP estão rodeados de ex-colônias inglesas, francesas, ou países da Organização Internacional da Francofonia ou a Commonwealth, instituições criadas por países com ampla experiência de atuação em diplomacia e influência cultural. Assim, analisando os dados expostos até agora, é possível verificar que a abrangência da língua portuguesa em diferentes contextos socioculturais e etapas de desenvolvimento no Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Em relação às características étnicas da população, procurou-se demonstrar que o Brasil e a África compartilham, de fato, uma origem histórica comum, ou seja, raízes étnicas culturais, literalmente, diversas vezes usadas no plano do discurso, como será visto posteriormente, ao mesmo tempo que tiveram trajetórias de desenvolvimento totalmente distintas com o passar dos anos, o que resultou em sociedades distintas em ambos os lados do oceano.

Nesse sentido, ainda que de modo contextual, tanto os dados relacionados a registros de origem dos escravos trazidos ao Brasil daquela época — sujeitos a distorções provocadas por critérios de autoridades da época, aspectos linguísticos e geográficos, método de coleta de dados, entre outros, o que indica ainda mais a dificuldade para a realização de uma análise mais precisa — quanto as estatísticas apresentadas em relação à dinâmica populacional brasileira dos séculos XVI ao XIX (e as estimativas da quantidade de imigrantes vindos para o Brasil de 1884 a 1893), demonstram que a sociedade brasileira passou por imensas transformações, desde 1500 até os dias de hoje, e que sua composição étnica atual difere muito daquela apresentadas pelos PALOP atualmente, os quais também passaram por diversas transformações socioculturais ao longo do tempo.

Em relação ao desenvolvimento da língua portuguesa nas sociedades analisadas, procurou-se demonstrar que no Brasil o desenvolvimento do idioma apresentou uma trajetória de continuidade desde o descobrimento até a época atual, sendo o “idioma oficial da República Federativa do Brasil” (BRASIL, 1988) de forma literal, de acordo com constituição de 1988, e praticamente não mencionado nas anteriores devido a consolidação de sua predominância histórica no território brasileiro, exceto como “idioma pátrio” (BRASIL, 1934), na menção às competências da União quanto ao ensino na constituição de 1934. Em contrapartida, concluiu-se que nos PALOP, a língua portuguesa foi, assim como ocorreu no Brasil, um legado

cultural e linguístico deixado pela expansão ultramarina portuguesa, mas não se encontra plenamente consolidada.

Além de compartilhar o espaço linguístico com diversas línguas nacionais não oficiais, mas ainda faladas amplamente pela população de modo geral, é importante observar que, pela Constituição, ainda não foi determinado o idioma oficial de São Tomé e Príncipe, o que indica a língua ainda é uma questão em aberto nesse local, sendo que o mesmo ocorre em Guiné-Bissau. No Cabo-Verde, ao analisar a Constituição, se verifica a existência de condições institucionais para tornar a língua materna cabo-verdiana oficial junto com a língua portuguesa, o que pode indicar uma possível situação de concorrência entre os dois idiomas futuramente. Tanto em Angola quanto em Moçambique, a língua portuguesa se tornou o idioma oficial, mas foram criadas ressalvas constitucionais para o uso, ensino, valorização e veiculação das demais línguas nacionais para os cidadãos.

Por fim, conclui-se que, ao contrário do que aconteceu no Brasil, a língua portuguesa ainda não está plenamente consolidada nesses países, não é hegemônica, e que — em relação ao Brasil — os PALOP são Estados muito mais recentes no sistema internacional pelo fato de que surgiram a partir dos últimos processos de independência das colônias portuguesas, sendo que a constituição do mais antigo desses países data de 1975. Apesar das várias discussões, do ponto de vista linguístico, de que as variantes faladas nesses países constituem ou não idiomas distintos ou formas distintas de português inteligíveis entre si, será considerada a língua portuguesa como sendo uma entidade única, sendo que as variantes faladas entre os demais povos e etnias apenas enriquecem a unidade do idioma e mantêm praticamente inalterada a norma culta, que é veiculada oficialmente entre os Estados e ensinada pelas instituições de ensino, visto que:

Na língua comum falada no imenso mundo lusofônico, é natural que haja variação de normas e de usos linguísticos, mas isso não significa que a língua tenha mudado ou seja outra. Sendo assim, a conclusão (...) aponta para uma unidade na variedade, sem confundir-se língua com expressão ou com estilo, como várias vezes se tem feito nos dois lados do Atlântico (...) os morfemas gramaticais permanecem os mesmos, a língua não muda, a despeito de qualquer variação de pronúncia, de vocabulário ou mesmo de sintaxe (SOBRINHO, 2000, p. 13–14).

Nesse sentido, em se tratando apenas de Brasil e PALOP, e se somando as populações de 2021 do Brasil (212,6 milhões), Angola (32,87 milhões), Moçambique (31,26 milhões), Cabo Verde (555,89 mil), Guiné Bissau (1,9 milhão) e São Tomé e Príncipe (219,16 mil) é possível afirmar que atualmente uma malha de cerca de 279,4

milhões de pessoas (BM, 2021) proveniente de sociedades altamente diversificadas e das mais variadas realidades socioeconômicas compartilham a língua portuguesa como vínculo comum, tornando-a o idioma mais falado no hemisfério sul, com forte projeção geográfica (UNESCO, 2021), e um dos mais falados no mundo.

Considerando-se a questão em termos de relações culturais, como foi discutido anteriormente, com o papel da cultura ao direcionar a percepção da sociedade e, conseqüentemente, influenciar as decisões do Estado, é possível considerar que as relações internacionais entre o Brasil e os PALOP podem ser percebidas pelo ponto de vista de pretos, pardos, brancos e amarelos — conforme o critério de autodeclaração adotado recentemente no Brasil — *ovimbundos, ambundos, bakongos, mestiços, lunda-chokwe, nyaneka-nkumbi, ambo, herero, sã, kwisis, himba, kwepe, kuvale e zemba, balantas, fulas (fulani), manjacos, mandingas, papís, felupes, jolas, susus, macuas, senas, shonas (ndau), tsongas, europeus, mestiços, ou filhos da terra, forros, serviçais, tongas, angolares, entre outros.*

### 3.2 POLÍTICA BRASIL — PALOP: INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES

Antes de analisar o início da aproximação entre o Brasil e os PALOP sob a perspectiva do idioma, é necessário discutir alguns fatos históricos responsáveis pela posição ocupada por esses países no sistema internacional e alguns fatores conjunturais que influenciaram as ações desses atores naquela época. Ao longo de seu desenvolvimento histórico, o Brasil foi relegado à posição periférica do sistema internacional devido a um conjunto de fatores e circunstâncias que abrangem tanto as disparidades sociais e problemas internos quanto o seu modelo de inserção internacional.

No final da década de 1960 e início dos anos 70, o modelo desenvolvimentista iniciado por Vargas e seguido por Juscelino Kubistchek (JK), em conjunto com os conflitos agrários e a urbanização acelerada, começava a mostrar graves contradições no plano social brasileiro ao aumentar ainda mais as desigualdades sociais em um curto espaço de tempo de cerca de 30 anos. No cenário internacional, o prestígio herdado pelo desfecho da Segunda Guerra Mundial e os benefícios da política de alinhamento com os EUA já tinham dado sinais de esgotamento, visto que o Brasil perdeu sua importância estratégica e, conseqüentemente, não foi mais possível

barganhar o apoio a Washington em troca de vantagens para o desenvolvimento nacional.

À medida que os EUA surgiam como principal potência hegemônica mundial, o mundo entrava no período da Guerra Fria e uma nova conjuntura se iniciava no sistema internacional. Nesse contexto, ao contrário da conjuntura favorável anterior, o centro impunha seus interesses econômicos ao pressionar os países periféricos em busca de abertura econômica e internacionalização de empresas nacionais, diminuindo a capacidade de barganha e de manobra brasileira no sistema internacional. Nesse sentido, até o início da década de 1970, em geral o comportamento do Brasil em termos de política externa foi marcado pela cumplicidade com Portugal e por uma postura subalterna às potências do centro, exceto por uma tentativa de retomada da posição de barganha com os EUA por meio da Operação Pan-americana, lançada durante o governo JK em uma tentativa de utilizar o desfecho da Revolução Cubana para obter um espaço de manobra, mas sem alcançar o resultado pretendido.

Com diferenças e similaridades em comparação à trajetória brasileira, os países que viriam a constituir os PALOP em 1979 também tinham sido relegados à periferia do sistema internacional devido a uma série de fatores e circunstâncias históricas excepcionais que definiram sua situação no âmbito interno e sua inserção internacional, marcados em grande parte pelo processo de descolonização tardio de Portugal e um legado de conflitos internos que se seguiu logo após a independência. Ao contrário do processo de colonização realizado por outras potências do sistema internacional, a colonização de África por parte de Portugal foi um processo essencialmente político e estava vinculado ao sentimento de nacionalismo português que se seguiu após a perda de prestígio nacional causada pela proibição internacional do tráfico negreiro, independência do Brasil, ascensão do Império Britânico à hegemonia no sistema mundial e o desfecho desfavorável no Congresso de Berlim em relação à proposta de união do território entre Angola e Moçambique, vetada pela Inglaterra apesar da aprovação dos demais participantes, visto que:

As colônias de África tinham um peso pequeno na economia portuguesa, que não mostrava tendência para aumentar no futuro imediato. O comércio colonial representava uma parte reduzida do comércio externo português. Para além disso, Portugal enviava pouco capital e poucos imigrantes para África. Em contrapartida, as colônias também não constituíam um encargo financeiro relevante para o governo central, dado que não tinham expressão no orçamento da metrópole e os défices das colônias eram ainda reduzidos (LAINS, 1998, p. 475).

Outro aspecto que diferencia o processo de colonialismo português dos processos de colonialismo das principais metrópoles em outras partes do mundo é o fato de Portugal ter sido uma potência atrasada economicamente e em posição subalterna em relação às demais no sistema internacional. Nesse sentido, ainda dependente do mercantilismo devido ao desenvolvimento industrial tardio, Portugal não conseguiu explorar plenamente suas possessões ultramarinas na África nem construir um legado duradouro nas colônias africanas em termos de estrutura social, burocrática, capacitação pessoal e infraestrutura.

Arnold compara a mentalidade portuguesa em relação à de outras potências em relação as colônias ao afirmar que:

Por outro lado, os portugueses não tinham preparado nada que pudesse ser deixado aos seus sucessores porque não tinham a intenção de abandonar o continente. Não acreditavam em uma “missão civilizatória” nem tiveram o mínimo interesse de preparar os colonizados para um futuro em que seriam independentes (ARNOLD, 2007, p. 539).

A descolonização de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe começou a se desenvolver apenas após a Segunda Guerra Mundial na década de 1950, quando as Nações Unidas passaram a apoiar os nacionalismos africanos e o processo de descolonização dos últimos impérios, e se concretizou a partir de 1975, seguida da queda do regime salazarista com a Revolução dos Cravos, em 1974. Devido à descolonização tardia, o atraso econômico de Portugal e sua posição subalterna no sistema internacional, os PALOP herdaram apenas a lusofonia e uma posição periférica após a independência. Quanto ao âmbito interno dos países, é impossível abranger todas as especificidades de cada um dos PALOP no presente trabalho, mas destaca-se que todos eles têm em comum uma imensa variedade de grupos étnicos e idiomas que compõem suas sociedades, além de carências e fragilidades estruturais e econômicas herdadas da colonização e, no caso de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, agravadas por anos de guerra civil.

Ao longo da década de 1970, as consequências da Guerra dos Seis Dias, Guerra do *Yom Kippur* e da Revolução Iraniana, envolvendo os países árabes produtores de petróleo, alcançaram proporções mundiais e causaram a primeira a segunda crise do petróleo, chegando a aumentar o preço do barril em até 400% (FEDERAL RESERVE BANK, 2013), o que levou à escassez de combustíveis e aumento generalizado de preços, agravando ainda mais os problemas internos do Brasil e dos PALOP. Isso expôs a fragilidade dos países em relação à infraestrutura.

A partir desse momento, foi necessário que o Brasil realizasse uma mudança em sua política externa em busca de novos parceiros comerciais e novas formas de cooperação internacional. De modo geral, da primeira crise do petróleo em 1973 até o fim do governo militar, período que abrangeu a segunda crise do petróleo em 1979, verificou-se uma queda de 6,2% no PIB e um aumento de 226,77% na inflação (PORTAL R7, 2014), aumentando ainda mais as disparidades sociais e baixando o padrão de vida da população brasileira.

Desse modo, o Brasil aprofundou as mudanças realizadas em sua política externa a partir de 1969 com a Diplomacia do Interesse Nacional, do Governo Médici, com a finalidade de sustentação ao primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) lançado em 1972, para promover o crescimento do país e solucionar os problemas de infraestrutura.

Em relação à África de modo geral, o Governo Médici promoveu uma mudança de rumo na política externa brasileira ao intensificar as relações comerciais e dar início a um conjunto de relações de longo prazo abrangendo várias áreas de cooperação, com a finalidade de consolidar a presença brasileira na região, buscar novos mercados consumidores e, sobretudo, suprir a demanda de petróleo — cuja dependência do mercado externo chegava a patamares altíssimos e o preço aumentara consideravelmente devido à escassez. Apesar de oficialmente se manter a favor de Lisboa em relação à descolonização das colônias africanas, o Brasil desenvolveu a presença brasileira no continente aumentando as relações bilaterais e evitando uma ruptura com Portugal. Nesse sentido, segundo Visentini (2004, p. 178), a diplomacia do governo brasileiro separava a Portugal metropolitana – com a qual se almejava estabelecer intercâmbios, relações comerciais e culturais – da Portugal colonialista, com a qual era preferível evitar aproximação militar, política e comercial, e aumentou os contatos comerciais com a África enquanto evitava a associação com Portugal em iniciativas militares e políticas exploratórias, fazendo com que o Brasil fosse cogitado para intermediar o conflito entre Portugal e suas colônias africanas.

Em seguida, durante o Governo Geisel, manteve-se a orientação da política externa iniciada por Médici em relação à África para dar sustentação ao segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, lançado em 1975, visando a dar continuidade na solução dos problemas estruturais e promoção do desenvolvimento interno. Nesse sentido, o Pragmatismo Ecumênico e Responsável representou a ruptura definitiva com a retórica ideológica e a doutrina de segurança de segurança nacional mantidas

pela política externa dos governos anteriores do período militar e retomou o paradigma da Política Externa Independente em relação à diversificação de parceiros comerciais e de cooperação internacional independentemente da orientação política ou ideológica dos países, como evidencia Geisel ao anunciar as diretrizes do seu governo no âmbito internacional.

Assim, no campo da política externa, obedecendo a um pragmatismo responsável e conscientes dos deveres da Nação, bem mais adulta, no terreno da solidariedade e cooperação internacionais em prol do progresso da humanidade e da paz mundial, daremos relevo especial ao nosso relacionamento com as nações-irmãs da circunvizinhança de aquém e além-mar. Impulsionaremos a ação diplomática, alerta sempre para a detecção de novas oportunidades e a serviço, em particular, dos interesses de nosso comércio exterior, da garantia do suprimento adequado de matérias-primas e produtos essenciais e do acesso à tecnologia mais atualizada de que não dispomos ainda, fazendo para tanto, com prudência e tato mas com firmeza, as opções e os realinhamentos indispensáveis (LEITE, 2011, p. 127).

Em relação ao continente africano, destaca-se a semelhança do discurso de Jânio Quadros em 1950:

O nosso esforço em África, por mais intenso que venha a ser, não poderá senão constituir uma modesta retribuição, um pequeno pagamento da imensa dívida que o Brasil tem para com o povo africano. Essa razão, de ordem moral, justificaria por si só a importância que este Governo empresta à sua política de aproximação com a África. Mas há mais queremos ajudar a criar, no Hemisfério Sul, um clima de perfeito entendimento e compreensão em todos os planos político e cultural, uma verdadeira identidade espiritual. Se bem que em fases diversas de desenvolvimento, os problemas que nos confrontam, de um e de outro lado do Atlântico, são semelhantes, possibilitando, destarte, o aproveitamento das soluções encontradas (QUADROS, 2010, p. 24).

Com a visão abrangente do discurso do embaixador Azeredo da Silveira em 1974:

Hoje a projeção do Brasil no exterior é a busca do desenvolvimento econômico [...] Nossa política exterior é uma busca para harmonizar os interesses nacionais. Em primeiro lugar com os países que nos são vizinhos, e, em segundo, com os países do continente americano, da nossa fronteira marítima, dos países africanos e que essa projeção se lance sobre todos os países do mundo. [...] O Brasil não terá alinhamentos que não representem a defesa de seus interesses. Não pretendemos satelitizar ninguém mas consideramos que o nosso país, pela sua grandeza, pela sua importância, é um país essencialmente insatelitizável (LEITE, 2011, p. 127).

Considerando a mudança de rumo na política externa que vinha sendo realizada, os desafios que a crise do petróleo impôs ao Brasil e os problemas internos enfrentados por Portugal, o ano de 1974 constituiu um ponto de inflexão para a construção das relações de cooperação entre o Brasil e os PALOP, além das relações com o continente africano de modo geral. No ano seguinte,

Seis novas embaixadas foram abertas na África, e o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), de viés marxista, em novembro de 1975. A condenação firme dos regimes racistas da Rodésia e da África do Sul marcou, igualmente, a

diplomacia do “Pragmatismo Responsável” de Geisel e do chanceler Azeredo da Silveira, marcada por um forte discurso terceiro-mundista. Ao mesmo tempo em que o Brasil exportava bens de consumo, alimentos, automóveis e a construção de infra-estruturas, importava crescentes quantidades de petróleo (VISENTINI; PEREIRA, 2008, p.3).

A partir desse momento, o Brasil mudou oficialmente seu posicionamento em relação à questão da descolonização do império português na África, passando a apoiar oficialmente os movimentos de independência de Angola, Moçambique, Cabo-verde e Guiné-Bissau e, conseqüentemente, encerrando décadas de ambigüidade em favor de Portugal. De modo diplomático, o chanceler Azeredo da Silveira discutiu o processo de descolonização na XXIX Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1974:

Temos sobre esta questão uma posição de absoluta clareza: o Brasil acredita, sem restrições, que não se justificam protelações ou subterfúgios na condução do processo descolonizatório [...] O que importa não é vilipendiar o passado colonizador, mas ajudar a construir o futuro das nações livres [...] Assim, quando nos regozijamos de que emergem para a independência novas Nações *de língua portuguesa*, não estamos fazendo a apologia de qualquer supremacia cultural, mas simplesmente nos congratulando com as oportunidades que as *comunidades de língua abrem para um maior entendimento fraterno* (CORRÊA, 2007, p. 396–397, grifo nosso).

Ao analisar o discurso, é importante destacar que o chanceler sinaliza a possibilidade da existência futura de relações de cooperação entre os países de forma abrangente, sob a égide de uma comunidade linguística, que atua como uma forma de identificação que une todos os envolvidos sob uma característica em comum e em relação de igualdade — nesse caso, nações —, sem fazer distinção de colonizados e antigos colonizadores, ou etnia, pelo menos teoricamente.

A partir desse momento, as relações internacionais entre o Brasil e os PALOP, bem como com os países da África em geral, deixaram de ser os contatos esporádicos que vinham ocorrendo desde a colonização do Brasil para dar início ao que viria a tornar futuramente uma plataforma completa, articulada e abrangente de cooperação no paradigma da Cooperação Sul-Sul, incluindo sobretudo as áreas cultural, política, econômica, social, agrícola, militar, comercial e tecnológica.

**Tabela 4 – Principais projetos de cooperação assinados com os PALOP**

<b>Projeto</b>	<b>País</b>	<b>Ano</b>
<b>Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica</b>	Cabo Verde	1977
<b>Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica</b>	Guiné-Bissau	1978
<b>Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica</b>	Angola	1980
<b>Acordo Geral de Cooperação</b>	Moçambique	1981

<b>Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica</b>	São Tomé e Príncipe	1984
---	---------------------	------

Fonte: MATTOS (2006)

Na tabela acima, estão descritos os principais acordos assinados entre o Brasil e cada um dos PALOP separadamente a partir de 1977 até o fim do governo militar, em 1984. Entre outros itens, todos os acordos discorriam sobre as formas que a cooperação poderia assumir:

- a) intercâmbio de informações, contemplando-se a organização dos meios adequados à sua difusão;
- b) aperfeiçoamento profissional, mediante programas de visitas ou estágios de especialização e através de concessão de bolsas de estudo para especialização técnica;
- c) projetos de conjuntos de pesquisa em áreas científicas que sejam de interesse comum;
- d) intercâmbio de peritos e cientistas;
- e) organização de seminários e conferências;
- f) remessa e intercâmbio de equipamentos e de material necessário à realização de projetos específicos;
- g) qualquer outra modalidade de cooperação que for acordada entre as Partes Contratantes. (BRASIL, 1980a; BRASIL, 1980b; BRASIL, 1984; BRASIL, 1987; BRASIL, 1990)

Apesar de não contemplarem políticas externas específica de difusão e ensino do idioma, os acordos são bem específicos ao abordar atividades que envolvem troca e geração de conhecimento, intercâmbio de cientistas de acadêmicos, realização de seminários e conferências, concessão de bolsas de estudos e oportunidades de aprimoramento profissional e intercâmbio de informações com a organização de meios adequados para sua difusão. No âmbito da cooperação educacional, também é importante destacar a atuação do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), criado em 1920, e do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), criado em 1981, no ensino superior e formação profissional ministrados em universidades brasileiras, ministrados em língua portuguesa, para estudantes de graduação e de pós-graduação provenientes de outros países. Dentre as iniciativas de cooperação, também convém citar a realização em Cabo Verde do primeiro Curso Regional sobre Administração pública, em 1985, destinado ao treinamento de funcionários para demandas burocráticas. O curso ministrado pela Fundação do Desenvolvimento Administrativo de São Paulo (FUNDAP) em conjunto com o Instituto de Administração Pública (IBAM) e da Escola de Administração Fazendária foi necessário, conforme Rizzi (2012, p. 118), devido à baixa qualificação dos funcionários das instituições de Cabo Verde, tornando-se um obstáculo para o

desenvolvimento do país. É importante mencionar que “os acordos determinam a adoção pelo aluno do compromisso de regressar ao seu país e contribuir com a área na qual se graduou” (BRASIL, 2018). Em relação à África, Rizzi (2012, p. 101) afirma que, apenas em 1979, 65 universidades brasileiras tinham recebido cerca de 1750 estudantes, sendo que mais de 60% deles eram provenientes da África.

Conforme discurso do Presidente Figueiredo, Congresso Nacional, em 1981:

Avançaram as relações entre o Brasil e os países africanos. Em variados casos, foi superada a fase exploratória, de estabelecimento de contactos *com vistas ao melhor conhecimento mútuo*. Entramos, agora, numa etapa de construção, de *troca de experiências e de cooperação*. E abre-se, de fato, um quadro sólido de perspectivas de maior e melhor *intercâmbio*. Cabe-nos, pois, dentro de nossas possibilidades ainda limitadas, a importante tarefa de dar carácter operacional às múltiplas oportunidades de expansão do *convívio* afro-brasileiro (BRASIL, 1981, p. 10, grifo nosso).

Por fim, ao verificar tal discurso fica clara a intenção do governo brasileiro em promover relações duradouras com os países africanos. E nisso, destaca-se a atenção especial os PALOP, ao abranger o escopo da política externa brasileira da época ao relacionar troca de experiências, cooperação e conhecimento mútuo.

### 3.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Ao longo de duas seções, é possível concluir o Império Português deu origem sociedades que passaram por processos históricos distintos e se desenvolveram de maneira totalmente diferente tanto nos aspectos étnicos e socioculturais quanto no aspecto político durante aproximadamente 500 anos, mas herdaram uma “língua de civilização”, um idioma oficial e erudito adequado aos propósitos de organização do Estado. Em outras palavras, a língua portuguesa — essencialmente a mesma nos aspectos que a definem, mas rica em variações linguísticas — foi literalmente transplantada para a América e a África, locais separados apenas pelo Oceano Atlântico. Nesse sentido, foi demonstrado que, nos dias de hoje, o Brasil e os PALOP compartilham apenas uma origem remota cultural, étnica e racial, cuja origem é difícil demonstrar com exatidão devido a divergências de dados, problemas de categorização por parte de autoridades da época responsáveis pelos registros e até dificuldades de ordem linguística, mas que são formados por comunidades de indivíduos altamente diversificadas que têm somente a língua portuguesa como aspecto em comum.

Em seguida, foi verificado que tanto a língua portuguesa quanto o processo de formação do Estado-nação se encontram em etapas distintas no Brasil e nos PALOP. No Brasil, o processo de descolonização por parte de Portugal ocorreu em circunstâncias históricas excepcionais e foi marcado pela continuidade de um Estado já consolidado com a vinda da família real em 1808. A passagem da condição de colônia para capital do Império Português da época veio acompanhada da fundação de instituições nacionais, modelo de administração e um súbito aumento da população portuguesa que proporcionaram condições excelentes para o desenvolvimento e a consolidação da língua portuguesa no Brasil. A efervescência cultural provocada na época junto com a fundação da Imprensa Régia e a Biblioteca Nacional contribuíram para a difusão do idioma português em todo o território nacional. Entretanto, nos PALOP o processo de descolonização tardio, já década de 1970, foi caracterizado por anos de guerras civis de libertação que causaram rupturas e desgastes com consequências até os dias atuais.

Entre outros, esse fato contribuiu para que, ao contrário do Brasil, a língua portuguesa não estivesse consolidada nesses locais, compartilhando espaço linguístico com outros idiomas nacionais e dialetos falados pela grande quantidade de grupos étnicos que constituem os PALOP, apesar de ser pelo Estado como idioma oficial após os processos de independências. Foi demonstrado também que os anos de descaso em relação às suas colônias na África, atraso econômico de Portugal, sua posição subalterna no contexto internacional junto com o processo abrupto de descolonização tardio relegaram os PALOP a uma posição na periferia do sistema internacional e agravaram as fragilidades sociais e estruturais de cada um deles. Considerando-se a posição periférica do Brasil no sistema internacional, culturalmente falando, verifica-se a existência de um espaço com populações altamente diversificadas, mas que compartilham a língua portuguesa como idioma oficial, na periferia do sistema.

Foi possível observar uma reação de causa e efeito entre as consequências das duas Crises do Petróleo, de 1973 e de 1979, a independência dos PALOP e a mudança de rumo da política externa. Como resposta ao fato de que o aumento do preço do petróleo expôs as fragilidades estruturais do modelo de desenvolvimento adotado até o momento pelo Brasil e muitos países da periferia, constatou-se o abandono da retórica da doutrina de segurança nacional e de alinhamento incondicional com os EUA, influenciada pelo auge da guerra fria, para uma postura

mais cooperativa, pragmática e identificada com os países do terceiro mundo, retomando alguns paradigmas da PEI, mas em um novo contexto internacional:

Dois elementos principais contribuíram para as mudanças de rumo efetuadas. Primeiro, a crise do petróleo que, ao evidenciar a dependência do modelo de desenvolvimento brasileiro de fontes externas de energia, conduziu a políticas de aproximação com os países árabes. E, em segundo lugar, a percepção de que, em função de atitudes persistentemente contrárias à da grande maioria dos países em desenvolvimento e latino-americanos, o país estava arriscado a isolar-se diplomaticamente nos foros multilaterais. (CORRÊA, 2012, p. 307)

A partir desse momento, constatou-se uma relação de continuidade na orientação da política externa brasileira no sentido de consolidar as relações internacionais com os PALOP e ampliar as parcerias comerciais entre os países do terceiro mundo. Nesse sentido, foi possível verificar o uso da língua portuguesa como elemento que constitui o plano do discurso entre o Brasil e os PALOP, sempre ressaltando o entendimento, a cooperação, o conhecimento mútuo, com referências frequentes a laços históricos, raízes históricas e culturais, entre outros. Ainda no âmbito político, ao discutir a descolonização da África na XXIX Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1974, o Brasil associou a língua portuguesa diretamente ao conceito de Nação e ao conceito de entendimento e fraternidade, inclusive indicando uma possibilidade de continuidade de relações horizontais sem distinção de colônia e antiga metrópole, o que demonstra o uso da diplomacia cultural para a solução de conflitos e promoção da paz e conciliação.

É possível inferir que a língua portuguesa contribuiu para a consolidação e o aprofundamento das relações de cooperação técnico-científica estabelecidas entre o Brasil e os PALOP ao considerar que são países que herdaram o mesmo idioma e que a própria natureza desses programas consiste em atividades acadêmicas e educacionais, que dependem de um ambiente favorável de entendimento, amistosidade e, sobretudo, comunicação, aspectos para os quais a inexistência de barreiras linguísticas e, conseqüentemente, psíquicas, bem como o sentimento de afinidade, certamente contribui.

Nesse contexto, foi destacada a ação dos programas PEC-G e PEC-PG para apoiar, em âmbito educacional, a cooperação técnico-científica entre os países, formando futuros profissionais com experiência e formação profissional ministrada em língua portuguesa, em território brasileiro, retornando para atuarem em seus respectivos países e, conseqüentemente, levando consigo experiências e uma visão mais sofisticada e favorável em relação ao Brasil. Também foi verificado um exemplo

de iniciativa destinada especificamente ao treinamento de funcionários públicos de Cabo Verde em questões administrativas governamentais, o que auxiliou na formação do Estado com profissionais treinados por equipes brasileiras em português, aprofundando os vínculos entre os dois países e contribuindo para o desenvolvimento.

No âmbito comercial, ao considerar o aumento progressivo das relações comerciais estabelecidas com os países africanos ao longo da década de 1970 seguido do aumento nas exportações de produtos manufaturados brasileiros, é possível inferir que, além da abertura de linhas de crédito especiais e da disponibilidade de produtos manufaturados a preços mais competitivos produzidos pelo parque industrial brasileiro, o fato de o mercado consumidor também utilizar a língua portuguesa tenha contribuído para formar um sentimento de identificação e, conseqüentemente, diminuir a distância psíquica em relação aos produtos brasileiros e, conseqüentemente, influenciar a escolha dos consumidores nos PALOP. Portanto, considerando as situações analisadas, conclui-se que a língua portuguesa permeou toda a aproximação e construção gradual das relações internacionais entre o Brasil e os PALOP em três âmbitos conforme a diplomacia cultural: **I)** político, **II)** cooperativo, e **III)** comercial, entre 1969 e 1985.

## **4. EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES BRASIL-PALOP: INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO SISTEMA INTERNACIONAL**

Neste capítulo será estudada a evolução das relações entre o Brasil e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, do ponto de vista das instituições e de seu comportamento perante o Sistema Internacional. Para isso, o capítulo se divide da seguinte maneira: primeiro, analisa-se o processo de redemocratização do Estado brasileiro, e a criação do IILP; logo, analisa-se o contexto pós-Guerra Fria e a fundação da CPLP. Em ambos os casos, leva-se em consideração os governos vigentes à época, e suas decisões em termos de política externa. Por fim, fecha-se com as conclusões preliminares e suas contribuições para a obra em geral.

### **4.1. REDEMOCRATIZAÇÃO E FUNDAÇÃO DA IILP**

O fim do governo militar e a redemocratização, em 1985, ocorreram em uma conjuntura internacional ainda mais desfavorável do que a da década anterior. A repercussão mundial das duas crises do petróleo causou a escassez de combustível e o aumento generalizado dos preços em escala mundial, comprometendo tanto os países hegemônicos quanto os países periféricos, especialmente aqueles cujo modelo de industrialização consistia no intervencionismo estatal e substituição de importações. O Brasil — assim como muitos países que optaram por seguir a mesma política de desenvolvimento e crescimento econômico, financiado por empréstimos e investimentos do capital internacional — teve sua situação agravada quando o Federal Reserve System (FED) aumentou a taxa de juros para diminuir o crescimento econômico e conter a inflação em 1980 nos EUA.

Essa medida resultou no aumento da taxa de câmbio e conseqüentemente da dívida externa dos países, cotada em dólar. Para o Brasil, os efeitos das crises do petróleo em conjunto com o aumento da taxa de juros internacional fizeram que a inflação chegasse a até 1.972% ao ano, a dívida externa se mantivesse praticamente no mesmo patamar da dívida dos governos anteriores — sendo que já estava em quase 100 bilhões no fim do governo Geisel — e o PIB diminuísse de 7,8% para -4,9% de 1985 até 1990, o que fez que o período da redemocratização ficasse conhecido como “década perdida”.

Nesse sentido, a “diplomacia para resultados” do Governo Sarney buscava conciliar as diretrizes da política externa dos governos anteriores, mas com maior

ênfase para as projeções regional e internacional e afirmação do caráter democrático do novo governo civil enquanto a assimetria entre os países do Sul e do Norte aumentava e se acirrava a discussão de questões econômicas, tais como a imposição do discurso neoliberal e a abertura econômica dos países em desenvolvimento aos países desenvolvidos, além do protecionismo contra a importação de produtos manufaturados provenientes de países em desenvolvimento. Em seu discurso no Itamaraty, em 1985, o Chanceler Olavo Egydio Setúbal sintetiza a conjuntura internacional da época:

Não há novidade do fato de os países desenvolvidos destacarem-se, hoje, por uma defesa deformada de seus interesses na competição aberta e do mercado livre, símbolos máximos do liberalismo econômico. No plano comercial, todavia, continuam adotando práticas restritivas contra as exportações de manufaturados, por parte dos países em desenvolvimento, procurando dividir em novas categorias de desenvolvimento as nações não-avançadas, com o objetivo de negar tratamento preferencial aos países de industrialização recente, como o Brasil, e mantendo deprimidos os preços dos produtos primários tradicionais, fontes determinantes de receita para os países pobres. [...] Deste modo, a América Latina, a África, a Ásia e o Oriente Médio, cujos respectivos países reproduzem internamente o mesmo desequilíbrio entre o Norte e o Sul, vão enfrentando obstáculos intransponíveis para combater as disparidades sociais e lutar pela sua modernização econômica. Ora, à medida em que aumenta a assimetria entre as nações, elevam-se os graus de insegurança e instabilidade internacional (FUNAG, 1985, § 11).

Outro aspecto importante do Governo Sarney para a Cooperação Sul-Sul foi a criação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em 1987, com a finalidade de coordenar e operacionalizar as relações de cooperação nos âmbitos bilateral e multilateral entre o Brasil e países em desenvolvimento, identificando demandas e oportunidades, sobretudo nas áreas da saúde, educação, infraestrutura e humanitária de modo geral, além de articular projetos de cooperação entre países desenvolvidos ou organizações internacionais e países em desenvolvimento, tendo o Brasil como ponto comum. No Seminário de Cooperação Técnica Internacional realizado em 1989, o Presidente José Sarney resume a função da agência e as atribuições do Brasil nesse âmbito:

A ABC foi criada para desempenhar o papel de órgão central do sistema de cooperação técnica internacional do Governo brasileiro. A medida representou considerável avanço operacional no tratamento dado à essa questão, pois o Brasil, antes simples recipiendário da cooperação internacional, já desenvolvera sua própria capacidade de também cooperar com nações amigas do hemisfério sul. Essa evolução levou naturalmente à estruturação da Agência segundo duas linhas de atuação básicas: a da cooperação técnica recebida e a da cooperação técnica entre países em desenvolvimento (FUNAG, 1989, p. 37).

Em relação à África, a política externa brasileira do Governo Sarney manteve a mesma orientação durante esse período, no sentido de diversificar os parceiros comerciais, aumentar as exportações, obter fornecedores alternativos de petróleo e desenvolver ainda mais as relações comerciais, políticas e de cooperação estabelecidas nos governos anteriores e reafirmar identidades culturais, mas se destacou por apresentar mais iniciativas no âmbito político, envolvendo principalmente os PALOP, como a condenação explícita do *Apartheid*, da África do Sul, a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e o Encontro de Chefes de Estado dos Países de Língua Oficial Portuguesa, em São Luiz, Maranhão. Nesse sentido, segundo Pereira e Visentini (2008, p. 3), o Governo Sarney foi capaz de manter uma política de alto perfil com a África, apesar das dificuldades do sistema internacional.

A ZOPACAS foi uma iniciativa do governo brasileiro para promover a criação de uma área de manutenção de paz, cooperação e segurança no Atlântico Sul visando a não proliferação de armamento nuclear e o não envolvimento das potências do Norte nas questões da região, sendo aprovada por meio da Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em 27 de outubro de 1986, com 124 votos favoráveis, incluindo a maioria dos países do hemisfério sul, como Angola, Cabo Verde, Gabão, Congo, Gana, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Argentina e Uruguai. Além de incluir o apoio da maioria dos PALOP.

A criação desse espaço de diálogo, concertação e cooperação foi necessária devido às consequências econômicas das duas crises do petróleo no contexto da Guerra Fria e a importância geoestratégica do Atlântico Sul para o Brasil e a África. No cenário internacional, a escassez do petróleo no ocidente seguida pelo aumento excessivo do preço do barril contribuiu para aumentar a pressão sobre os países da periferia referente ao uso dos mares, suscitando debates de questões referentes à delimitação de fronteiras marítimas e à exploração de recursos naturais no fundo do oceano. Nesse contexto, o controle e a articulação política no Atlântico Sul são vitais porque, além de rota de passagem, constitui uma “plataforma de desenvolvimento de parcerias estratégicas entre os países que banha (...), revelando-se decisivo para o desenvolvimento de políticas de cooperação Sul-Sul” (PEREIRA, 2013, p. 35).

Além disso, ao criar um espaço de diálogo, essa iniciativa contribuiu para a aproximação com a Argentina — que buscava mitigar a presença brasileira no Atlântico Sul desde 1956, com a sugestão da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS) — e colaborou para o aumento de vínculos entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), que inclui Angola e Moçambique. Nesse sentido, a criação da ZOPACAS pode ser percebida como:

A materialização da herança atlântica-africana e [...] resultou na sua afirmação como código operacional de todos os países-membros desta Zona. As dificuldades de constituição e projeção do poder naval do Brasil e dos demais países costeiros, como bem demonstrou a Argentina por ocasião da Guerra das Malvinas, alargou a visualização do Atlântico-Sul como bacia de cooperação, utilizando-se a ZOPACAS como um dos principais eixos de referência político-diplomático, conjuntamente aos organismos de integração regional em formação nos dois continentes (PENHA, 2011, p. 188).

Quanto à língua portuguesa, é importante observar que os rumos do idioma em âmbito global e a necessidade de uma ação política em relação a esse assunto já era motivo de preocupação. Segundo Sarney, Antônio Houaiss – Ministro da Cultura durante seu mandato – já havia se manifestado sobre a questão indicando duas alternativas sobre o futuro da língua em um estudo da UNESCO:

Ou bem se abandonam os vínculos culturais existentes entre países lusófonos; ou bem se adota uma política liberta de opções subreptícias em que as partes regularão convencional e consensualmente as áreas languageiras (FUNAG, 2008, p. 90).

Nesse sentido, após a ZOPACAS, o governo brasileiro propôs a criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), em 1º de novembro de 1989, durante Encontro de Chefes de Estado dos Países de Língua Oficial Portuguesa, para a gestão comum da língua portuguesa entre os membros, “permitindo a execução de uma política linguística consensuada” (IILP, 2014). realizado em São Luiz do Maranhão, com a presença de representantes de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Portugal.

É importante destacar que esse evento constituiu um momento histórico sem precedentes, visto que foi o primeiro encontro com os chefes representantes de comunidades linguísticas de língua portuguesa localizadas em três continentes, com a finalidade de discutir questões de desenvolvimento, concertação política e cooperação no paradigma da Cooperação Sul-Sul. Em seu discurso, o presidente Sarney reconhece a diversidade sociocultural dos países envolvidos, a

excepcionalidade do encontro e o papel da língua portuguesa como parte fundamental de seu aspecto identitário:

Recebemos uma herança comum: a língua portuguesa. A língua é *instrumento de unidade*. Através dela podemos *transmitir sentimentos, aspirações, esperanças. Comungar valores, entender-nos, estreitar laços de afeto e de amizade*. [...] Este é um encontro marcante. Seu significado transcende o próprio objeto de sua significação. Vamos colocar em marcha um processo inédito de cooperação entre nossos países, cujo alcance talvez não possamos hoje sequer imaginar com precisão. Aqui plantaremos as sementes. Nossos continuadores colherão os frutos. Nossa agenda é ilimitada, como é ilimitada a nossa vontade política de cooperar. A língua comum servirá de base para a construção de uma grande obra de aproximação, destinada a forjar o nosso destino. Com a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, abriremos, às nossas sociedades, as portas de um futuro de realizações conjuntas. Em nossa diversidade encontraremos os fatores que nos unirão e nos tornarão capazes de projetar a nossa cultura, a cultura da língua portuguesa, para o lugar de relevo que lhe cabe ocupar no universo das grandes civilizações contemporâneas (FUNAG, 2008, p. 88, grifo nosso).

Além de reconhecer oficialmente a importância da língua portuguesa no âmbito internacional como instrumento de coesão e aproximação entre os membros das comunidades dos países lusófonos e patrimônio comum dos povos, a criação do Instituto de Língua Portuguesa atribuiria finalidades estratégicas ao idioma ao demonstrar intenção de projetar a cultura — nesse caso, uma cultura comum construída ao redor da agregação e desenvolvimento de toda a comunidade de povos lusófonos amplamente diversificados entre si, mas constituída em torno da língua portuguesa — no imaginário coletivo composto pelas culturas das demais civilizações, como a anglófona, francófona, hispânica, entre outras. Por fim, torna-se claro o papel da língua portuguesa como complemento cultural e elemento fundamental para a viabilização das relações de cooperação entre os países constituintes da IILP, sendo vista como um instrumento para alcançar o desenvolvimento:

As relações entre nossos países têm sido marcadas pelo signo da cooperação e do respeito mútuo. A essas duas matrizes será necessário aduzir a do reconhecimento de nossas identidades culturais próprias, *base indispensável de toda a cooperação nos domínios do saber e da criação*. O instituto que nos propomos estabelecer permitirá dinamizar em muito a cooperação que já vimos realizando bilateralmente, sem que nos arredemos dos princípios fundamentais que a têm inspirado. Ao criar o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, não estamos nos restringindo ao que, em função da língua, tanto nos tem aproximado. Trata-se, assim, menos de um debruçar-se sobre o passado do que um lançar-se ao futuro. No mundo contemporâneo, bens imateriais, como o conhecimento e a informação, tornam-se cada vez mais importantes não só para o aprimoramento espiritual do homem, mas também como meios de viabilizar o progresso econômico e o bem-estar dos povos. Na era da informática, dos bancos de dados, do correio eletrônico e da televisão sem fronteiras, o fato de dispormos de um mesmo meio de comunicação acessível a nossos povos deve ter suas

potencialidades plenamente exploradas. Assim, nossa língua comum será instrumento de progresso (FUNAG, 2008, p. 91).

Outra contribuição muito importante para a instrumentalização da língua portuguesa nas relações internacionais foi a assinatura do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em 1990. Elaborado pela Academia de Ciências de Lisboa, Academia Brasileira de Letras e delegações de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, o Acordo tem a finalidade de defender a unidade essencial da língua portuguesa e promover seu prestígio internacional (BRASIL, 1995, p.1), além de contribuir diretamente para a cooperação técnica entre os países ao elaborar, conforme o Artigo 2º do tratado, um vocabulário completo e unificado, à medida do possível, em relação às terminologias técnicas e científica.

Para compreender a importância de o Acordo Ortográfico ter se tornado matéria de tratado internacional, é preciso considerar o contexto em que se encontrava a língua portuguesa quando os PALOP se tornaram países independentes. Desde sempre, a existência da divergência entre as ortografias lusitana e brasileira representou um obstáculo para a unidade do idioma em âmbito internacional. Antes do encontro de 1986, houve pelo menos cinco reformas ortográficas e tentativas de reduzir a divergência constatada nas variações das grafias veiculadas no Brasil e em Portugal.

A primeira reforma ortográfica ocorreu em Portugal, em 1911, mas não abrangeu o Brasil, motivo pelo qual foi aprovado o primeiro acordo ortográfico bilateral entre Brasil e Portugal em 1931, incentivado por um esforço em conjunto da Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa. Devido ao fracasso em alcançar a unificação de ambas as ortografias, foi realizada uma convenção ortográfica entre ambos os países em 1943 e foram publicados dois vocabulários da língua portuguesa, o que teve poucos resultados práticos e motivou a realização da Convenção Ortográfica Luso-Brasileira de 1945, que produziu efeito apenas em Portugal. Esse impasse a respeito da grafia prosseguiu ao longo de década de 1970, com tentativas de reduzir as divergências tanto em Portugal quanto no Brasil em 1971, 1973 e, por fim, em 1975.

Nesse contexto, o surgimento de mais cinco países de língua portuguesa com sociedades altamente diversificadas étnico e linguisticamente na comunidade de países lusófonos aumentou ainda mais a complexidade dos esforços no sentido da

unificação do idioma no cenário internacional, conforme indicado no anexo II do Acordo Ortográfico de 1990:

Com a emergência de cinco novos países lusófonos, os fatores de desagregação da unidade essencial da língua portuguesa far-se-ão sentir com mais acuidade e também no domínio ortográfico. Neste sentido importa, pois, consagrar uma versão de unificação ortográfica que fixe e delimite as diferenças atualmente existentes e previna contra a desagregação ortográfica da língua portuguesa. Foi, pois, tendo presentes estes objetivos, que se fixou o novo texto de unificação ortográfica, o qual representa uma versão menos forte do que as que foram conseguidas em 1945 e 1986. Mas ainda assim suficientemente forte para unificar ortograficamente cerca de 98% do vocabulário geral da língua (BRASIL, 1995, p. 30).

Ao mesmo tempo que tentava buscar soluções para os obstáculos que envolviam a unificação da grafia ao longo dos anos, o novo acordo ortográfico de 1986 também representou um ponto de inflexão para essa questão ao considerar as especificidades do desenvolvimento da língua portuguesa nos PALOP. Conforme a Base X e a Base XI, optou-se por manter a acentuação das palavras paroxítonas e proparoxítonas em razão de terem:

a) Pouca representatividade (cerca de 1,27%) dos casos de dupla acentuação. b) Eventual influência da língua escrita sobre a língua oral, com a possibilidade de, sem acentos gráficos, se intensificar a tendência para a paroxítonia, ou seja, deslocação do acento tônico da antepenúltima para a penúltima sílaba, lugar mais frequente de colocação do acento tônico em português. c) Dificuldade em apreender corretamente a pronúncia em termos de âmbito técnico e científico, muitas vezes adquiridos através da língua escrita (leitura). d) Dificuldades causadas, com a abolição dos acentos, à aprendizagem da língua, sobretudo quando esta se faz em condições precárias, como no caso dos países africanos, ou em situação de auto-aprendizagem. e) Alargamento, com a abolição dos acentos gráficos, dos casos de homografia, do tipo de análise(s.)/ análise(v.), fábrica(s.)/ fabrica(v.), secretária(s.)/ secretaria(s. ou v.), vária(s.)/ varia(v.), etc., casos que apesar de dirimíveis pelo contexto sintático, levantariam por vezes algumas dúvidas e constituiriam sempre problema para o tratamento informatizado do léxico (BRASIL, 1995, p. 36).

Além disso, também se optou pela inclusão das letras *k*, *w* e *y* no alfabeto da língua portuguesa na Base I devido aos seguintes motivos:

a) Os dicionários da língua já registram estas letras, pois existe um razoável número de palavras do léxico português iniciado por elas. b) Na aprendizagem do alfabeto é necessário fixar qual a ordem que aquelas letras ocupam. c) Nos países africanos de língua oficial portuguesa existem muitas palavras que se escrevem com aquelas letras (BRASIL, 1995, p. 40).

Por fim, para concluir a análise do período do Governo Sarney em relação às relações de cooperação com os PALOP, é necessário comparar alguns dados que refletem a conjuntura econômica da época com a conjuntura dos governos anteriores.

**Tabela 5 – Participação das exportações brasileiras para a África**

<b>Governo</b>	<b>%</b>
Jânio Quadros/João Goulart (1961-1964)	1,0
Castelo Branco/Costa e Silva (1964-1969)	1,7
Médici (1969-1974)	2,4
Geisel (1974-1979)	4,9
Figueiredo (1979-1985)	6,7
Sarney (1985-1990)	4,4

**Fonte:** RIZZI (2012)

A tabela acima exhibe a média de participação da África nas exportações da produção brasileira de modo geral. É possível observar uma queda acentuada das exportações para a África durante o Governo Sarney (de 6,7% para 4,4%), o que reflete que não foi possível manter o nível elevado de cooperação e relações comerciais constatadas durante o período militar, devido às dificuldades internas causadas pela crise econômica no Brasil e na África, o que contribuiu para o redimensionamento da política externa brasileira com a finalidade de, segundo Pereira (2003, p. 31), incrementar a agenda multilateral em detrimento das relações bilaterais e realizar ajustes estratégicos visando a um “adensamento e maior convergência nas relações com os EUA e os países do Cone Sul” (RIBEIRO, 2008, p. 41).

Ao analisar os dados expostos nessa seção, foi possível verificar que as relações horizontais entre o Brasil e os PALOP, no paradigma da Cooperação Sul-Sul, foram amplamente afetadas por uma conjuntura internacional ainda mais desfavorável do que a dos governos anteriores, com os efeitos das duas crises do petróleo agravados pela crise da dívida externa durante o período de redemocratização no Brasil. Entretanto, apesar do fracasso em manter o nível de aproximação do período anterior, obrigando o governo a reduzir as atividades econômicas e a redimensionar as pautas da política externa para a integração regional em prejuízo das relações bilaterais com os países africanos, constatou-se que foi atribuído uma importância política e institucional maior às relações de cooperação do que vinha sendo atribuída até então pelos governos anteriores, além de uma passagem gradual na maneira como vinham sendo abordadas: do bilateralismo para o multilateralismo.

Nesse sentido, o primeiro marco para essa institucionalização das relações de cooperação foi a criação da ABC, que seria responsável não apenas por coordenar e

selecionar demandas específicas de cooperação, mas também atuar na triangulação de cooperação entre organismos internacionais ou países desenvolvidos com países em desenvolvimento e o Brasil, visando à transferência tecnológica; devido à sua importância, essa agência está em funcionamento até os dias de hoje e conta com projetos em mais de 100 países no mundo todo, blocos de países regionais e extrarregionais, inclusive com membros da CPLP, além de parceria com 45 organismos internacionais, o que a torna um instrumento fundamental para o desenvolvimento do país (MRE, 2021).

Em seguida, foi verificado que a ZOPACAS, apesar de ter sido criada no fim da Guerra Fria em um esforço de evitar que o Atlântico Sul entrasse na pauta dos conflitos entre o Leste e o Oeste, vindo a perder a relevância estratégica logo em seguida com a queda do Muro de Berlim, constituiu um esforço de aproximação e espaço de diálogo multilateral e de concertação política por parte do Brasil abrangendo a Argentina e os países da costa africana, o que aprofundou mais os vínculos entre o Brasil e os PALOP e contribuiu para a realização do Encontro de Chefes de Estado dos Países de Língua Oficial Portuguesa, seguida da criação da IILP, e a posterior criação da IILP e assinatura do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa enquanto tratado de caráter internacional.

Por fim, verificou-se que a relação entre a língua portuguesa e as relações de cooperação foi formalizada durante o Encontro de Chefes de Estado dos Países de Língua Oficial Portuguesa com a criação da IILP, tornando o idioma formalmente um instrumento a ser utilizado em âmbito internacional, sujeito a diretrizes políticas e reconhecido pela capacidade de contribuir para a formação de uma identidade supranacional para os povos lusófonos, projetá-la no cenário internacional e auxiliar no desenvolvimento econômico.

Conforme discurso de José Sarney:

Um fator de cultura e, por conseguinte, de desenvolvimento. Um elemento decisivo em nossa estratégia comum de elevar os níveis de progresso e bem-estar de nossas sociedades. Incorporou formas de sentir e de expressar nascidas da adaptação do gênio português às culturas americanas, africanas e asiáticas. Revelou-se plástico, aberto à novidade e à transposição cultural. [...] transformou-se em patrimônio de cerca de 200 milhões de seres humanos espalhados pelo mundo. Um patrimônio que nos permite comunicação direta e instantânea e nos integra culturalmente. Um patrimônio, pois, que nos toca preservar e valorizar e do qual o nosso Instituto Internacional da Língua Portuguesa se tornará fiel e zeloso gestor. [...] Em nossos países, sem exceção, afirma-se um saudável pluralismo cultural, que nos coloca diante de um duplo desafio: identificar e aperfeiçoar os traços culturais que nos são comuns e, bem assim, preservar e valorizar os elementos que nos diferenciam. Ambas as facetas nos enriquecem. A unidade e a diversidade –

ou a diversidade dentro da unidade – darão a nosso empreendimento o vigor e a temperança necessária para o seu pleno êxito (FUNAG, 2008, p. 89–90).

Nesse sentido, o Acordo Ortográfico representa um esforço mútuo por parte dos governos dos países lusófonos com a finalidade de estabelecer os fundamentos para construção de uma plataforma abrangente de cooperação e desenvolvimento, sob a égide da lusofonia, proporcionando um fator de unidade que inclui toda a diversidade cultural do Brasil, de Portugal e dos PALOP, sendo a língua portuguesa a principal amálgama entre essas sociedades tão diversas.

#### 4.2. CONTEXTO PÓS-GUERRA FRIA E FUNDAÇÃO DA CPLP

O fim da Guerra Fria causou uma nova mudança de conjuntura ao sistema internacional. A transição de uma ordem mundial bipolar para multipolar e o surgimento da União Europeia (UE) foi seguida pela organização dos países em blocos econômicos, enquanto a aceleração do processo de globalização impôs aos países a necessidade de reformular sua forma de inserção na divisão internacional do trabalho. Isso expôs as fragilidades e as contradições sociais e econômicas dos países subdesenvolvidos, além de causar o esgotamento o modelo desenvolvimentista que vinha sendo adotado nas décadas anteriores.

Na agenda internacional dos países, questões como o conflito entre Leste e Oeste, corrida armamentista entre as potências, descolonização ou o conflito ideológico entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia passaram a ser substituídas por novos temas, como direitos humanos, narcotráfico, competitividade, meio-ambiente, conflitos étnico-religiosos, entre outros. Nesse contexto, as relações entre os países do Norte e Sul se acirravam cada vez mais em torno da imposição de políticas neoliberais do Consenso de Washington, por meio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM). Foi nesse contexto que o Governo Sarney chegou ao fim e o processo da redemocratização brasileira foi concluído. Nos PALOP, a década de 1990 foi marcada por guerras civis em Angola e Moçambique e instabilidade política em Guiné-Bissau.

Com o esgotamento do modelo desenvolvimentista e o fim do Governo Sarney, que resultou em uma crise econômica sem proporções – causada por uma série de políticas econômicas e mudanças de plano monetário para tentar conter a inflação –, o Brasil realiza uma mudança de rumo no aspecto neoliberal de sua política de desenvolvimento e política externa a partir de 1990. Em uma mudança sem

precedentes com o que vinha sendo realizado nos últimos 20 anos, é evidente a inclinação neoliberal que seria adotada pelo presidente Fernando Collor nos próximos anos na política externa:

Reflico, assim, a opinião majoritária de nossa gente quando reitero meu propósito de modernizar a sociedade brasileira, desmontando cartórios estatais ou privados, desemperrando a máquina administrativa, liberalizando a economia, recuperando a capacidade de produzir e promovendo o retorno do país ao núcleo dinâmico das relações econômicas e comerciais contemporâneas. [...] em coerência com o programa de abertura de nossa economia ao exterior, que, em apenas um ano, já alterou as perspectivas de nossa balança comercial, defendendo a eliminação de barreiras protecionistas e discriminatórias à entrada de nossos produtos nos mercados internacionais (COLLOR DE MELO, 1991, p. 139).

De modo geral, no lugar da política externa independente e universalista anterior, houve um realinhamento de aspecto neoliberal priorizando a tentativa de manter relações privilegiadas com os Estados Unidos e os países da Europa, ao mesmo tempo que buscava abandonar o perfil terceiro-mundista do Brasil e promover a integração regional do Cone Sul em novo paradigma de liberalização em vez da concepção que a CEPAL tinha de integração regional. Quanto às relações com os países africanos em geral, o estreitamento de vínculos e relações comerciais começou a entrar em declínio, apesar de retoricamente a orientação da política externa em relação ao continente realizar uma tentativa de ainda atribuir importância à África no sentido de, conforme Lafer (1992, p. 141), buscar identificar novas possibilidades de cooperação que renovem o dinamismo anteriores das relações com a África, que foram afetadas pelas dificuldades pelas quais passavam todos os países em desenvolvimento.

O fim do Governo Collor, com o impeachment no fim de 1992, deu lugar à Itamar Franco na presidência da república. Apesar de estar inserido no período em que o Brasil passou a adotar medidas neoliberais, o Governo Itamar procurou realizar uma espécie de correção de rumos em relação ao governo anterior. No âmbito interno, seu governo foi caracterizado por um tom mais nacionalista com a valorização do patrimônio nacional e o lançamento do Plano Real, elaborado pelo Ministro da Economia, Fernando Henrique Cardoso (FHC), para acabar com a inflação herdada da década perdida. No âmbito externo, a política externa do Governo Franco buscou melhorar a presença do Brasil no sistema internacional por meio da participação de organizações multilaterais e da continuação do processo de integração regional do Cone Sul. Apesar de curto, cerca de dois anos, o mandato de Itamar Franco representou um ponto de inflexão em relação ao Governo Collor e, ao solucionar o

problema da inflação, preparou o Brasil para o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso.

Durante os dois mandatos, de 1995 a 2002, com a inflação controlada por meio do Plano Real, a política externa do Governo FHC seguiu a mesma orientação do governo anterior de melhorar a posição do Brasil com atenção especial à integração do Cone Sul e às relações com os Estados Unidos e com os países da Europa, entretanto, com destaque especial para a diplomacia presidencial e ênfase nos aspectos econômicos, como parte do esforço para manter o fluxo de dólares para o Brasil por parte do capital internacional e, conseqüentemente, a paridade da nova moeda com o dólar para manter a estabilidade econômica. Nesse sentido, destacam-se as relações do Brasil com organismos internacionais, sobretudo o BM, o FMI e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Em relação a Portugal, durante o Governo FHC, foi concretizada uma política de reaproximação que teve início com a visita de Tancredo Neves ao país (em 1985), prosseguiu com o Governo Sarney – durante o Encontro de Chefes de Estado dos Países de Língua Oficial Portuguesa e trocas de visitas presidenciais durante a década de 1990 – e se consolidou com uma abordagem, segundo Amorim (1993, p. 180), mais pragmática tendo em vista a diversificação de interesses e a atuação regional e internacional.

Quanto à política externa em relação à África como um todo, as relações comerciais se mantiveram no mesmo patamar do que nos governos anteriores conforme demonstra a tabela abaixo, havendo pouca variação de 1990 até 2002:

**Tabela 6 – Participação africana na balança comercial brasileira**

<b>Governo</b>	<b>Exportações (%)</b>	<b>Importações (%)</b>
Fernando Collor de Melo (1990-1992)	3,23	3,13
Itamar Franco (1993-1994)	2,89	3,92
Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)	3,18	3,01
Fernando Henrique Cardoso (1999-2002)	3,14	5,34

**Fonte:** RIZZI (2012)

Apesar da estagnação das relações econômicas e dos desafios impostos pela conjuntura internacional, o continente africano continuou a ser valorizado no plano retórico, de acordo com os fundamentos enunciados por Lampreia (1995, p. 202–203), devido à sua posição geográfica de vizinhança com o Brasil pelo Oceano Atlântico,

contribuição para a matriz étnica e cultural brasileira, condição de país em desenvolvimento em diferentes graus, complementariedade econômica, importância em termos de parceria internacional e, por fim, semelhanças de condições físicas, sociais e climáticas, o que contribuiria para constituir um espaço favorável de desenvolvimento e cooperação técnica com o continente.

Entretanto, no âmbito político, foram privilegiados contatos com a África do Sul após o *apartheid* e foi mantido um relacionamento especial com os PALOP por meio da presença brasileira na ZOPACAS e da articulação junto a Portugal com a criação da CPLP, em 1996. De modo geral, os dois mandatos de FHC promoveram iniciativas que viriam a, segundo Visentini e Pereira (2008, p. 4), ser aprofundadas durante o governo Lula, destacando-se o envio de um contingente de pacificação à Angola, o perdão de 95% da dívida externa de Moçambique, ações de cooperação técnica no paradigma Sul-Sul, apesar de ocorrerem em menor escala do que aquela verificada durante a política externa universalista do Governo Sarney, visitas presidenciais à Angola e a África do Sul, quebra patentes de medicamentos para a AIDS — que é uma epidemia no continente africano — e crítica da globalização assimétrica. Nesse sentido, Lafer sintetiza o teor das relações do Brasil com a África, inclusive os PALOP, evidenciando a predominância do multilateralismo em relação ao bilateralismo e contraponto o retraimento comercial e a diminuição da quantidade de iniciativas para com o continente africano de modo geral:

O Governo brasileiro tem intensificado os laços com os países africanos, sobretudo nas áreas de cooperação técnica, educacional e de saúde. Os programas de redução ou perdão da dívida africana, tanto no Clube de Paris quanto em nível bilateral, refletem igualmente o esforço do governo em corresponder às expectativas da sociedade brasileira [...]. A valorização do diálogo interregional, por meio da presença brasileira na Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, na Comunidade de Países de Língua Portuguesa, demonstra a existência de um amplo universo de interesses comuns (LAFER, 2001, p. 192).

A CPLP foi criada em 1996 como uma iniciativa conjunta do Brasil, Portugal e os PALOP após a reaproximação de Portugal com as antigas colônias na África e na América do Sul, com as finalidades política e cultural de difundir e defender o uso da língua portuguesa pelo mundo e de realizar a concertação político e diplomática e promoção da cooperação entre os países-membros. A ideia de criar um espaço de concertação política e de cooperação tendo como base a lusofonia englobando países da Europa, América e África já vinha sendo cogitada ao longo do tempo. Foi mencionada em discurso por Jaime Gama, Ministro de Negócios Estrangeiros de

Portugal, durante sua visita a Cabo Verde em 1983, no qual vinculou a criação de um grupo de países com base na afinidade identificação linguística para alcançar objetivos políticos e obter representatividade em organizações internacionais, ao afirmar que:

O processo mais adequado para tornar consistente e descentralizar o diálogo tricontinental dos sete países de língua portuguesa espalhados por África, Europa e América seria realizar cimeiras rotativas bienais de Chefes de Estado ou Governo, promover encontros anuais de Ministros de Negócios Estrangeiros, efectivar consultas políticas frequentes entre diretores políticos e encontros regulares de representantes da ONU ou em outras organizações internacionais, bem como avançar com a constituição de um grupo de língua portuguesa no seio da União Interparlamentar (CPLP, 2008)

Posteriormente, a ideia foi amadurecida em 1989, durante o Encontro de Chefes de Estado dos Países de Língua Oficial Portuguesa, com criação do IILP para a elaboração de políticas relacionadas especificamente ao idioma, e finalmente foi implementada com a criação da CPLP. Abandonando o papel no plano retórico que o português ocupava majoritariamente até então, torna-se evidente a finalidade de consecução de objetivos de naturezas política, econômica, diplomática e cultural por parte dos países constituintes ao verificar os objetivos no artigo 3º do estatuto da Comunidade:

Art. 3º. [...]: a) A concertação político-diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos fóruns internacionais; b) A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; c) A materialização de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (CPLP, 2007).

Desse modo, a criação da CPLP demonstra ser uma intenção do Brasil, dos PALOP e de Portugal de estabelecer um instrumento de inserção internacional em conjunto no sistema internacional, com a finalidade de abordar novos temas da agenda internacional, promover seus interesses e fornecer uma resposta concertada aos desafios de um mundo multipolar em que as relações culturais, o conhecimento e o patrimônio imaterial se tornam cada vez mais importantes, sobretudo em uma região geográfica onde, segundo Sobral (1998, p. 380), a anglofonia e a francofonia disputam de forma agressiva entre si em busca de novos espaços e de conquistar novas áreas de influência. Fernando Henrique Cardoso destaca o equilíbrio entre os caracteres econômico, político e cultural da Comunidade ao afirmar que sua criação não seria

[...] movida por sentimentalismos. Corresponde a uma tendência da atual conjuntura internacional com o fim da bipolaridade, que abriu espaço para novas iniciativas de aproximação entre países com afinidades, ora derivadas

de interesses econômicos, ora fundamentadas em valores políticos ou culturais (CARDOSO, 1993b, pág. 220).

A partir desse momento, com a inclusão do IILP como parte da CPLP, evidencia-se a importância da língua portuguesa na construção das relações entre os Estados. Assim, se estabeleceu oficialmente sua posição de protagonismo no sistema internacional.

#### 4.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Ao longo de duas seções, foi constatado um distanciamento gradual do continente africano para a política externa brasileira no período de 1985 a 2002, o que pode ser verificado pela diminuição das relações comerciais e iniciativas de cooperação com a África ao longo do tempo. De modo geral, isso ocorreu devido à mudança de conjuntura internacional causada à medida que a Guerra Fria chegava ao fim. O efeito do aumento da taxa de juros internacional realizado de forma unilateral pelos EUA na década de 1980 expôs as contradições do modelo desenvolvimentista adotado pela maioria dos países da periferia até então e diminuiu muito a capacidade de o Brasil manter as relações de Cooperação Sul-Sul com o continente no mesmo patamar da época anterior, fazendo com que o país optasse pela multilateralização.

Além disso, o reordenamento mundial provocado pela globalização e passagem da bipolaridade para a ordem mundial obrigou os países a reformular seu modelo de inserção internacional e acelerou no Brasil a passagem do Estado desenvolvimentista para o Estado normal, levando o país a priorizar a integração regional com do Cone Sul e a aproximação com os países do Norte e organizações internacionais, o que reduziu ainda mais as relações internacionais com os países africanos. Apesar do redimensionamento, foi verificada a evolução qualitativa das relações de cooperação com os PALOP com a criação da ZOPACAS, reunião no Encontro de Chefes de Estado dos Países de Língua Oficial Portuguesa e criação da CPLP.

Em contraposição à redução quantitativa das relações com os PALOP e a África em geral, verificou-se uma evolução notável da situação da língua portuguesa em âmbito internacional. Analisando os dados apresentados sobre o Encontro de Chefes de Estado dos Países de Língua Oficial Portuguesa, a criação do IILP e o esforço subsequente de simplificar e padronizar o idioma por meio do tratado internacional do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, foi constatado que

o papel da língua portuguesa como formador de uma comunidade identitária coesa, mas altamente diversificada pelos aspectos étnicos, sociais e culturais, saiu oficialmente do plano retórico para entrar no aspecto político. Além disso, ao ter sua importância reconhecida para as relações de cooperação, ser objeto de tratado internacional com artigos específicos visando à cooperação técnica com a finalidade de facilitar a comunicação e o entendimento e passar a ser subordinada a uma organização internacional composta de atores estatais, demonstrou-se que a língua portuguesa passou a constituir um instrumento com finalidade política, econômica e cultural.

Por fim, verificou-se que a inclusão do IILP na recém-criada CPLP, uma organização fundada sob a égide da língua portuguesa, com dimensões maiores do que as do IILP e destinada exclusivamente à concertação política, diplomacia, diálogo e cooperação, institucionalizou a presença a língua portuguesa no sistema internacional. Com isso, a transformou definitivamente em questão de Estado em resposta às transformações cada vez mais velozes verificadas no sistema internacional e à influência cultural exercida por outras potências.

## 5 CONCLUSÃO

No presente estudo, foram apresentados dados econômicos sobre as relações comerciais entre o Brasil e os PALOP no período de 1975 e 1996 e uma retrospectiva histórica das relações mantidas entre os países a partir da orientação da política externa brasileira durante esse período. Também foi abordado o processo de descolonização do império português e seus desdobramentos nesses países para a formação do Estado e o desenvolvimento da língua portuguesa. Além disso, foram apresentados dados para demonstrar a transformação étnica e sociocultural ocorrida nessas sociedades ao longo dos anos, mostrando terem seguido cursos históricos diferentes, apesar de serem ex-colônias do império ultramarino português. Por fim, foi realizada uma análise sobre a trajetória da língua portuguesa até constituir objeto de estudo das relações internacionais.

Após um íterim marcado por contatos esporádicos desde a colonização do Brasil, a reaproximação entre o Brasil e os PALOP iniciada a partir da PEI e intensificada a partir do Pragmatismo Ecumênico e Responsável do Governo Geisel ocorreu por motivos concernentes à atuação de Estados no sistema internacional, nesse caso com a finalidade de diversificar parceiros comerciais, obter fornecedores alternativos de petróleo e estabelecer relações de cooperação em um paradigma diferente das relações Norte-Sul estabelecidas até então. Nesse sentido, constatou-se que a reaproximação entre os países foi principalmente uma resposta à mudança de conjuntura internacional provocada pelas duas crises do petróleo, descolonização tardia do Império Português — o qual, pelos motivos abordados no presente trabalho, relegou os PALOP à periferia do sistema internacional. A partir de 1985, foi constatada uma redução quantitativa das relações de cooperação e comerciais à medida que a conjuntura internacional se agravava novamente com as consequências da crise da dívida externa, causada pelo aumento da taxa de juros internacional em 1980, agravando os problemas internos do Brasil, e, conseqüentemente, diminuindo a capacidade de atuação no sistema internacional. Em contrapartida, nesse período, foi constatado um avanço qualitativo nas relações entre o Brasil e os PALOP em termos políticos, com a multilateralização das pautas tratadas de maneira bilateral até o momento e a criação de espaços de diálogo por meio da ZOPACAS e do Encontro de Chefes de Estado dos Países de Língua Oficial Portuguesa.

Ao longo da década de 1990, foi verificado que essa tendência se manteve em resposta a uma nova mudança na conjuntura internacional com o fim da Guerra Fria e o aumento da globalização, o que obrigou os países a reformular seus modelos de inserção no sistema internacional em geral. No Brasil, a nova mudança de conjuntura contribuiu para causar a passagem do Estado desenvolvimentista para o Estado normal com a utilização de práticas mais neoliberais nos âmbitos político e econômico. Nesse sentido, apesar de haver redução significativa de relações bilaterais e multilaterais com os PALOP, e a África em geral, houve outro avanço significativo nas relações políticas com a criação da CPLP, em 1996.

Ao longo desse estudo, foi verificado que a língua portuguesa se desenvolveu de formas distintas na África e na América do Sul. No Brasil, o idioma se beneficiou de condições privilegiadas para consolidação com uma certa insularidade em relação à presença de outras línguas oficiais — visto que a presença espanhola na América do Sul não representou ameaça considerável ao Brasil nesse âmbito, já que o idioma constituiu um fator importante para a unidade do país —, efervescência cultural e instituições apropriadas com certa continuidade política após a independência, causada pela perda da condição de colônia com a vinda da família real em 1808.

Em contrapartida, nos PALOP a língua portuguesa não se beneficiou das mesmas condições que no Brasil, visto que não houve um aumento considerável da população portuguesa nem o desenvolvimento das instituições apropriadas nos territórios africanos devido à pouca relevância dessas colônias para a economia da metrópole. Além disso, o fato de o processo de descolonização das possessões africanas ter ocorrido de forma tardia, abrupta e com rupturas causadas pelas guerras de libertação contribuiu para que a formação do Estado e a situação da língua portuguesa se encontrassem de forma menos consolidada do que no Brasil. Portanto, apesar de ser idioma oficial, o português é falado em conjunto com outros dialetos e línguas nacionais. Também foi verificado que, ao contrário do Brasil, os PALOP estão cercados de países francófonos e anglófonos, vindo a constituir futuramente um espaço de disputa por influência cultural com países com ampla experiência em diplomacia cultural, como França e Inglaterra.

Por fim, ao longo deste trabalho, foi constatada a evolução da língua portuguesa nas relações entre o Brasil e os PALOP, assim como com Portugal. Durante a fase inicial das relações de cooperação e comerciais bilaterais a partir de 1975, foi verificado que a língua portuguesa permeou as relações com os PALOP nos

âmbitos comercial, político e de cooperação. O idioma contribuiu para o sentimento de identificação com o Brasil por parte do mercado consumidor dos PALOP ao ser um elemento de aproximação e redução da distância psíquica, o que pode ter ajudado a influenciar a escolha dos consumidores em benefício de produtos brasileiros exportados para aqueles países. No âmbito acadêmico, a abrangência das relações de cooperação, os acordos assinados e os programas educacionais incluindo múltiplas áreas, mesmo treinamento para administração pública, realizados em pouco tempo demonstram a influência do idioma para a aproximação dos integrantes e sua contribuição para um ambiente de comunicação favorável ao entendimento. Por fim, em âmbito político, o idioma foi utilizado pelo Brasil como elemento de continuidade para uma futura normalização entre todos os países lusófonos após a descolonização, durante o discurso na XXIX Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1974.

A partir de 1985, com a criação do IILP e a assinatura do tratado internacional do Acordo Ortográfico de 1990, a língua portuguesa foi formalizada como objeto de política internacional ao ser submetida às diretrizes de uma instituição internacional e ter sua importância reconhecida como recurso fundamental para as relações de cooperação entre os países e elemento de coesão capaz de criar uma comunidade imaginada incluindo todas as sociedades e grupos étnicos que compõem os países de língua oficial portuguesa na América, África e Europa, proporcionando a “unidade na diversidade”. Nesse sentido, também foi verificado que o tratado de 1990 foi utilizado para adequar a língua portuguesa para simplificar e considerar elementos da realidade sociocultural dos PALOP, contribuindo para tornar o idioma mais inclusivo e eficiente para o Estado alcançar seus objetivos contexto internacional.

Por fim, a criação da CPLP em 1996 representou a etapa final da consolidação da presença da língua portuguesa no sistema internacional ao institucionalizá-la por meio da criação de um espaço internacional de diálogo, diplomacia e concertação política para os países, com a finalidade de redefinir sua inserção internacional. A partir desse momento, o papel da língua portuguesa passa a ser oficialmente estabelecido em matéria de relações internacionais e, conseqüentemente, será uma das bases da ampla plataforma de cooperação entre o Brasil e os PALOP de 2000 a 2012, durante o Governo Lula.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). **Angola**. 2012. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 03 nov. 2021.

ALLIANCES FRANÇAISE – AF. **History**. 2017. Disponível em: <https://www.af.ca/about-af/history/>. Acesso em: 19 out. 2021.

AMORIM, C. **A grande estratégia do brasil**. Brasília: UNESP, 2016.

ANDERSON, B. **L'imaginaire national**. Paris: La Découverte, 2012.

ANDERSON, Benedict. **Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism**. Londres: Verso, 1983.

ARNOLD, Guy. **Africa: a modern history**. Londres: Atlantic Books, 2017.

BANCO MUNDIAL (BM). **World Development Indicators**. 2021. Disponível em: <<https://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>> Acesso em: 15 out. 2021.

BECKERMAN, W. Distance and the pattern of intra-european trade. **The reviews of economics and statistics**, v. 38, n. 1, 1956, pp. 31-40.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Legislação Informatizada - Decreto Legislativo nº 7, de 1987 - Publicação Original**. Brasília/DF, 1987. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1980-1987/decretolegislativo-7-16-novembro-1987-360816-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 31 out. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. **Mensagem ao Congresso Nacional – Presidente João Figueiredo**. Brasília/DF, 1981.

BRASIL. **Constituição (1934)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 23 out. 2021.

BRASIL. Diário do Congresso Nacional. **Decreto Legislativo nº 54 de 1995 – Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa**. Brasília/DF, v. 63, n. II, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. **PEC-G**. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g>. Acesso em: 30 out. 2021.

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil – Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto nº 84.573, de 17 de março de 1980**. Brasília/DF, 1980a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/1980-1984/D84573.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1980-1984/D84573.htm)>. Acesso em: 31 out. 2021.

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil – Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto nº 85.545, de 16 de dezembro de 1980**. Brasília/DF, 1980b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Atos/decretos/1980/D85545.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1980/D85545.html)>. Acesso em: 31 out. 2021.

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil – Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto nº 89.929, de 09 de julho de 1984**. Brasília/DF, 1984. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Atos/decretos/1984/D89929.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1984/D89929.html)>. Acesso em: 15 out. 2021.

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil – Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto Nº 99.559, de 5 de outubro de 1990**. Brasília/DF, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99559.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99559.htm)>. Acesso em: 15 out. 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Nação, Estado e Estado-Nação. EESP/FGV, v. 157, dez./ 2008.

BRUCAN, S. La disolución del poder. 1ª ed. México: Siglo XXI Editores, VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CABO VERDE. **Governo de Cabo Verde**. 2018. Disponível em: <<http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique/Informacao-Geral>>. Acesso em: 2 de jul. de 2019.

CABO VERDE. **World Bank**. 2018. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/cabo-verde>>. Acesso em: 2 de jul. de 2019.

CÂMARA JR., J. Mattoso. Língua e Cultura. **Revista Letras**, 1955. ISSN 0100-0888.

CASTRO, Thales. Teoria das Relações Internacionais. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/1152-Teoria\\_das\\_Relacoes\\_Internacionais-novo.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1152-Teoria_das_Relacoes_Internacionais-novo.pdf)>. Acesso em: 03 out. 2021.

COLLOR DE MELO, Fernando. **Discurso do Presidente Fernando Collor**. Cerimônia de formatura da turma de 1990 do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Brando. Palácio do Itamaraty, mai./ 1991.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). **Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. 2007. Disponível em: <[http://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos\\_CPLP\\_REVLIS07.pdf](http://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLIS07.pdf)>. Acesso em 03 nov. 2021.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). **Histórico – como surgiu?** 2008. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/1152-Teoria\\_das\\_Relacoes\\_Internacionais-novo.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1152-Teoria_das_Relacoes_Internacionais-novo.pdf)>. Acesso em 03 nov. 2021.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. **O Brasil nas Nações Unidas (1946-2006)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

Departamento de Línguas Estrangeiras do Instituto Educativo do Juncal (IEJ). **20 de Março - o dia da Francofonia**. 2011. Disponível em: <<http://iejdepartamentodelinguas.blogspot.com/2011/03/20-de-marco-o-dia-da-francofonia.html>>. Acesso em: 03 nov. 2021.

FEDERAL RESERVE BANK. **Oil shock of 1973-74**. 2013. Disponível em: <<https://www.federalreservehistory.org/essays/oil-shock-of-1973-74>>. Acesso em: 29 out. 2021.

FIGUEIREDO, Otavio Henrique dos Santos. Distância psíquica e distância cultural: uma análise do domínio conceitual dos construtos. XXXII Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, set./ 2008.

FOSSAERT. R. **O mundo no século XXI: uma teoria dos sistemas mundiais**. Instituto Piaget, 1991.

FRANKEL, Charles. **The Neglected Aspect of Foreign Affairs**. 1 Ed. The Brooking Institution, Washington DC 1<sup>o</sup> ed. 1966, 156 p.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (FUNAG). **Discursos selecionados do Presidente José Sarney**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. 96 p. ISBN: 978-85-7631-142-3.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (FUNAG). **Discursos selecionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília/DF: Fundação Alexandre de Gusmão/Ministério das Relações Exteriores, 2011.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (FUNAG). **Olavo Egydio Setúbal**. Brasília: Centro de História e Documentação Diplomática, 1985. Disponível em: <<https://www.funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/61-ministros-das-relacoes-exteriores/156-olavo-egydio-setubal>>. Acesso em 02 nov. 2021.

FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. 1a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, João Pinto. A Música Popular Brasileira dos anos 60 aos 90: apontamentos para o estudo das relações entre linguagem e práticas sociais. **Pós-História**, v. 5, 1997, pp. 123-143.

GOETHE INSTITUT. **Sprache, Kultur, Deutschland**. 2021. Disponível em: <<https://www.goethe.de/en/index.html>>. Acesso em 19 out. 2021.

GUINÉ-BISSAU. **Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau**. 2019. Disponível em: <<https://uniogbis.unmissions.org/perfil-do-pa%C3%ADs>>. Acesso em 2 de jul. de 2019.

GUINÉ-BISSAU. **World Bank**. 2018. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/guinea-bissau?locale=pt>>. Acesso em: 2 de jul. de 2019.

HAGEMEIJER, T. As línguas de São Tomé e Príncipe. **Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola**, 2009.

HOUSE OF COMMONS Foreign Affairs Committee. **Fourth Report: Cultural Diplomacy**, Sessions 1986/1987, 267 p.

INSTITUTO CONFÚCIO. **Falar chinês abre um mundo de novas oportunidades**. 2019. Disponível em: <https://www.institutoconfucio.com.br/mais-de-2-mil-candidatos-inscritos-para-a-feira-de-recrutamento/>. Acesso em: 18 out. 2021.

INSTITUTO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA (IILP). **Organização**. 2014. Disponível em: <https://iilp.cplp.org/iilp.html>. Acesso em: 02 nov. 2021.

JORNAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (JRI) Mapa da Lusofonia. 2019. Disponível em: <http://jornalri.com.br/uncategorized/2019-um-ano-em-aberto-para-lusofonia/attachment/mapa-da-lusofonia>. Acesso em: 03 nov. 2021.

KAY, P.; KEMPTON W. What is the Sapir-Whorf Hypothesis? **American Anthropologist**. New Jersey, n. 86, 1984.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LAINS, Pedro. Causas do Colonialismo Português em África (1822-1975). **Análise Social**, v. 33, 1998, pp. 463-496.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa**: os governos de Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e

LIMA JR. Antônio F. de. The role of international educational exchanges in public diplomacy. **Place Branding and Public Diplomacy**, v.3, n. 3, 2007, pp. 234-251.

LISTE DES PAYS AFRICAINS FRANCOPHONES. **Afrique Francophone**. 2019. Disponível em: <http://www.afrique-francophone.com/pays.html>. Acesso em 2 de jul. de 2019.

MATTOS, Regiane Augusto de. **De cassange, mina, benguela a gentio da Guiné**: grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850). Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo (USP), 2006.

MEMBER COUNTRIES. **The Commonwealth**. 2019. Disponível em: <http://thecommonwealth.org/member-countries>. Acesso em 2 de jul. de 2019.

MENEZES, C. **Identidade Nacional e Poder nas Relações Internacionais: uma breve trajetória da construção da política de diplomacia cultural brasileira**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História — ANPUH, São Paulo, 2011.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Agência Brasileira de Cooperação**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cooperacao-internacional/agencia-brasileira-de-cooperacao>. Acesso em 02 nov. 2021.

- MINORITY RIGHTS. **Angola**. 2020a. Disponível em: <<https://minorityrights.org/country/angola/>>. Acesso em: 24 out. 2021.
- MINORITY RIGHTS. **Cape Verde**. 2020b. Disponível em: <<https://minorityrights.org/country/cape-verde/>>. Acesso em: 24 out. 2021.
- MINORITY RIGHTS. **Guinea-Bissau**. 2020c. Disponível em: <<https://minorityrights.org/country/guinea-bissau/>>. Acesso em: 24 out. 2021.
- MINORITY RIGHTS. **Mozambique**. 2020d. Disponível em: <<https://minorityrights.org/country/mozambique/>>. Acesso em: 24 out. 2021.
- MINORITY RIGHTS. **São Tomé and Príncipe**. 2020e. Disponível em: <<https://minorityrights.org/country/sao-tome-and-principe/>>. Acesso em: 24 out. 2021.
- MITCHELL, J.M. **International cultural relations**. 1ª ed. Londres: Allen & Unwin, 1986.
- MOÇAMBIQUE. **Constituição da República de Moçambique** (1975). R. Inf. Legisl., Brasília, v. 29, n. 116, out./dez. 1992.
- MOÇAMBIQUE. **Portal do Governo de Moçambique**. 2015. Disponível em: <<http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique/Informacao-Geral>>. Acesso em: 2 de jul. de 2019.
- WORLD BANK. **Mozambique**. 2018. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/mozambique?locale=pt>>. Acesso em: 2 de jul. de 2019.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. **LPH: Revista de História**, n. 6, 1996.
- ANGOLA. O perfil de Angola. **Portal Oficial do Governo de Angola**. 2015. Disponível em: <<https://www.governo.gov.ao/opais.aspx>> Acesso em: 2 de jul. de 2019.
- PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico-Sul**. Salvador: EdUFBA, 2011.
- PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A política externa do governo Sarney: a nova república diante do reordenamento internacional (1985-1990)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- PEREIRA, Analúcia Danilevicz. O Atlântico Sul, a África Austral e a América do Sul: cooperação e desenvolvimento. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, jan./jun. 2013.
- PINTO, José Filipe. As relações Europa-África: perspectiva diacrônica. **Africanologia – Revista Lusófona de Estudos Africanos**, n. 2, 2009.

PORTAL R7. **Inflação e dívida pública explodiram no Brasil ao final da ditadura militar**. 2014. Disponível em: <<http://www.r7.com/r7/media/2014/20140331-info-ditadura/20140331-info-ditadura.html>>. Acesso em: 29 out. 2021.

PYM, Anthony. Explorando as teorias da tradução. São Paulo: Perspectiva, 2017.

QUADROS, J. **Discursos selecionados do presidente Jânio Quadros**. Brasília: FUNAG, 2010.

RAMONET, Ignacio. Dominar corações e mentes. **Le Monde Diplomatique**, [online], mai./2000. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/dominar-coracoes-e-mentes/>. Acesso em: 19out. 2021.

RIBEIRO, Cláudio, **Crise e castigo**: as relações Brasil-África no Governo Sarney. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 51, nº 2, 2008, pág. 39-59.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro, a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Editora Global, 2013.

RIBEIRO, E.T. **Diplomacia cultural**: seu papel na política externa brasileira. Brasília: FUNAG, 2011.

RIBEIRO, Orlando. **A formação de Portugal**. Lisboa: Instituto de Cultura de Língua Portuguesa – Ministério da Educação, 1987.

RIGAUD, J. **Les Relations Culturelles Extérieures**. Paris: La Documentation Française, 1980.

RIZZI, Kamilla Raquel. **O grande Brasil e os pequenos PALOP**: a política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974/2010). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. **World Bank**. 2018. Disponível em <<https://data.worldbank.org/country/sao-tome-and-principe?locale=pt>>. Acesso em: 2 de jul. de 2019.

SARAIVA, J. **A África no século XXI**: um ensaio acadêmico. Brasília: FUNAG, 2015.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. **Complexo de Zé Carioca**: Notas sobre uma identidade mestiça e malandra. Anais do Encontro da ANPOCS, 1994.

SOBRAL, António M. Brilhante. Estratégias Políticas da Lusofonia ou a Comunidade de Países de Língua Portuguesa. **Revista do Centro de Estudos Africanos/USP**, São Paulo, 20–21, 1998, p. 377–381)

SOBRINHO, B.L. **A língua portuguesa e a unidade do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

THE COMMONWEALTH. **Member Countries**. 2020. Disponível em: <<https://thecommonwealth.org/member-countries>>. Acesso em: 03 nov. 2021.

ULLRICH, D.R.; CARRION, R.M. **A cooperação brasileira na área da educação nos PALOP no período 2000-2012: principais atores e projetos**. Belo Horizonte, 2013.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **World Portuguese language day**. 2021. Disponível em: <<https://en.unesco.org/commemorations/portuguese-language-day>>. Acesso em: 24 out. 2021.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998.

VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A política africana do governo Lula**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

WORLD BANK. **Angola**. 2018. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/angola>>. Acesso em: 2 de jul. de 2019.